

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	16
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	18
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	21
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
10. FUNDOS VINCULADOS	25
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	26
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	26
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	27
14. INVESTIMENTOS.....	34
15. IMOBILIZADO	46
16. INTANGÍVEIS.....	48
17. FORNECEDORES	49
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	50
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	51
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	56
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	56
22. PROVISÕES	57
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	67
24. RECEITA	70
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	74
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	79
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	80
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	83
29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	92
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	94
31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	97
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	97
33. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	97
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	100
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	1
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	17

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	946.103	995.132	14.907	69.352
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.101.213	1.014.188	21.559	133.359
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	3.501.953	3.425.018	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	388.799	730.488	-	-
Tributos Compensáveis	8	224.087	236.284	141	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9a	506.149	589.519	44.307	78.174
Dividendos a Receber		30.150	11.386	771.764	673.239
Fundos Vinculados	10	388.284	367.474	387.287	366.568
Estoques		47.997	49.473	9	12
Adiantamento a Fornecedores	27	813	1.059	-	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	73.345	63.751	-	-
Subvenção Baixa Renda		30.765	36.261	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - RGR		5.392	48.379	-	-
Créditos junto à Eletrobrás - CDE		27.661	90.065	-	-
Outros Créditos		602.077	626.993	25.763	20.435
TOTAL DO CIRCULANTE		7.874.788	8.285.470	1.265.737	1.341.139
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	6	14.501	31.040	533	5.959
Adiantamento a Fornecedores	27	249.256	229.053	-	-
Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia	7	145.480	146.367	-	-
Tributos Compensáveis	8	189.959	178.288	1.816	1.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	66.846	112.060	66.846	112.060
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	1.949.547	1.797.453	798.203	789.318
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.923.681	1.886.879	494.372	499.868
Ativos de Concessões de Geração	4	1.005.763	206.566	-	-
Outros Créditos		647.906	843.589	26.558	37.743
Ativos Financeiros da Concessão	13	5.363.410	4.971.244	-	-
Investimentos	14	8.722.922	8.753.088	12.868.954	12.627.857
Imobilizado	15	2.823.033	3.775.076	1.991	2.201
Intangíveis	16	10.938.994	10.819.680	1.803	1.852
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.041.298	33.750.383	14.261.076	14.078.674
TOTAL DO ATIVO		41.916.086	42.035.853	15.526.813	15.419.813

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	1.915.933	1.939.593	21.530	20.936
Encargos Regulatórios	20	334.567	380.586	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		28.465	17.814	1.380	899
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	570.396	793.587	2.813	83.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	96.561	26.866	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	23	198.537	466.987	195.980	466.689
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	5.192.693	4.836.923	-	-
Salários e Contribuições Sociais		234.098	224.741	11.279	9.970
Obrigações Pós-emprego	21	233.342	198.867	13.083	11.143
Concessões a Pagar		2.986	2.977	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	13	947.534	481.835	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	1.157.512	1.149.881	1.157.512	1.149.881
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	263.440	181.200	-	-
Outras Obrigações		601.642	745.603	4.004	6.293
TOTAL DO CIRCULANTE		11.777.706	11.447.460	1.407.581	1.749.445
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	20	516.083	454.625	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	19	9.413.957	10.342.357	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	722.064	723.922	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	650.962	582.206	-	-
Provisões	22	949.143	815.017	312.600	309.995
Obrigações Pós-emprego	21	4.102.489	4.042.544	398.242	386.321
Concessões a Pagar		18.368	19.026	-	-
Passivo Financeiro da Concessão	13	-	323.140	-	-
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	233.230	191.587	-	-
Outras Obrigações		161.210	159.598	41.452	43.771
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		16.767.506	17.654.022	752.294	740.087
TOTAL DO PASSIVO		28.545.212	29.101.482	2.159.875	2.489.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	23	6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		5.202.047	5.199.855	5.202.047	5.199.855
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(532.804)	(488.285)	(532.804)	(488.285)
Lucros Acumulados		478.984	-	478.984	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		13.366.938	12.930.281	13.366.938	12.930.281
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		3.936	4.090	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.370.874	12.934.371	13.366.938	12.930.281
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.916.086	42.035.853	15.526.813	15.419.813

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA	24	10.017.959	9.211.132	178	453
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.742.418)	(3.956.110)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(404.261)	(525.912)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(485.163)	(427.009)	-	-
		<u>(5.631.842)</u>	<u>(4.909.031)</u>	-	-
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e Administradores		(688.847)	(683.827)	-	-
Materiais		(17.554)	(17.088)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(45)	(27)	-	-
Serviços de Terceiros		(341.397)	(353.972)	-	-
Depreciação e Amortização		(385.455)	(382.969)	-	-
Provisões Operacionais		(172.079)	(86.834)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(441.034)	(583.733)	-	-
Outras		(21.314)	(38.936)	-	-
		<u>(2.067.725)</u>	<u>(2.147.386)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(7.699.567)	(7.056.417)	-	-
LUCRO BRUTO		2.318.392	2.154.715	178	453
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Despesas com Vendas		(141.472)	(174.566)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(437.894)	(309.029)	(28.293)	(21.291)
Despesas com Provisões Operacionais		(56.954)	(472.212)	(15.311)	(446.201)
Outras Despesas Operacionais		(313.114)	(286.341)	(25.030)	(23.537)
		<u>(949.434)</u>	<u>(1.242.148)</u>	<u>(68.634)</u>	<u>(491.029)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	60.118	14.042	511.625	502.706
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.429.076	926.609	443.169	12.130
Receitas Financeiras	26	348.901	603.935	33.018	71.455
Despesas Financeiras	26	(1.083.201)	(1.233.847)	(1.961)	(3.204)
Resultado antes dos Impostos		694.776	296.697	474.226	80.381
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(292.722)	(78.867)	(2.533)	(12.237)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	78.794	(10.499)	8.885	139.022
RESULTADO DO PERÍODO		<u>480.848</u>	<u>207.331</u>	<u>480.578</u>	<u>207.166</u>
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		480.578	207.166	480.578	207.166
Participação de acionista não-controlador		270	165	-	-
		<u>480.848</u>	<u>207.331</u>	<u>480.578</u>	<u>207.166</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	23	0,38	0,16	0,38	0,16
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	23	0,38	0,16	0,38	0,16

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RECEITA LÍQUIDA	24	5.205.029	4.757.626	84	88
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.649.330)	(2.024.749)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(197.764)	(267.206)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(262.651)	(189.146)	-	-
		(3.109.745)	(2.481.101)	-	-
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e Administradores		(401.340)	(354.752)	-	-
Materiais		(11.295)	(11.909)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(6)	(9)	-	-
Serviços de Terceiros		(194.961)	(197.911)	-	-
Depreciação e Amortização		(199.011)	(197.950)	-	-
Provisões Operacionais		(93.147)	(6.352)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(240.475)	(348.712)	-	-
Outras		(14.159)	(30.279)	-	-
		(1.154.394)	(1.147.874)	-	-
CUSTO TOTAL		(4.264.139)	(3.628.975)	-	-
LUCRO BRUTO		940.890	1.128.651	84	88
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Despesas com Vendas		(75.277)	(98.303)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(231.896)	(103.138)	(8.789)	(9.239)
Despesas com Provisões Operacionais		6.450	(377.187)	1.157	(360.667)
Outras Despesas Operacionais		(140.437)	(141.527)	(11.630)	(10.338)
		(441.160)	(720.155)	(19.262)	(380.244)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	30.477	71.969	152.163	439.272
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		530.207	480.465	132.985	59.116
Receitas Financeiras	26	169.010	386.919	9.438	48.924
Despesas Financeiras	26	(510.564)	(602.427)	(834)	(1.345)
Resultado antes dos Impostos		188.653	264.957	141.589	106.695
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(59.265)	(7.075)	(2.533)	(10.583)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	8.726	(55.758)	(1.074)	105.935
RESULTADO DO PERÍODO		138.114	202.124	137.982	202.047
Total do resultado do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		137.982	202.047	137.982	202.047
Participação de acionista não-controlador		132	77	-	-
		138.114	202.124	137.982	202.047
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	23	0,11	0,16	0,11	0,16
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	23	0,11	0,16	0,11	0,16

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RESULTADO DO PERÍODO	480.848	207.331	480.578	207.166
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(680)	(115)	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(4.851)	6.803	(5.531)	6.688
	<u>(5.531)</u>	<u>6.688</u>	<u>(5.531)</u>	<u>6.688</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	(38.134)	(26.048)	(38.134)	(26.058)
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	(10)	-	-
	<u>(38.134)</u>	<u>(26.058)</u>	<u>(38.134)</u>	<u>(26.058)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>437.183</u>	<u>187.961</u>	<u>436.913</u>	<u>187.796</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	436.913	187.796	436.913	187.796
Participação de acionista não-controlador	270	165	-	-
	<u><u>437.183</u></u>	<u><u>187.961</u></u>	<u><u>436.913</u></u>	<u><u>187.796</u></u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RESULTADO DO PERÍODO	138.114	202.124	137.982	202.047
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	(3.984)	-	(3.984)	-
	(3.984)	-	(3.984)	-
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente à valor justo de ativo financeiro disponível para venda	(73.825)	7.169	(73.825)	7.174
Ajuste de conversão de operações no exterior	-	5	-	-
	(73.825)	7.174	(73.825)	7.174
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	60.305	209.298	60.173	209.221
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	60.173	209.221	60.173	209.221
Participação de acionista não-controlador	132	77	-	-
	60.305	209.298	60.173	209.221

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.199.855	(488.285)	-	12.930.281	4.090	12.934.371
Resultado do período	-	-	-	-	480.578	480.578	270	480.848
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(680)	-	(680)	-	(680)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(42.985)	-	(42.985)	-	(42.985)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(43.665)	480.578	436.913	270	437.183
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos a Acionistas Minoritários	-	-	-	-	-	-	(424)	(424)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	2.192	-	(2.192)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(854)	598	(256)	-	(256)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	6.294.208	1.924.503	5.202.047	(532.804)	478.984	13.366.938	3.936	13.370.874
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	3.936	3.936
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.202.047	(532.804)	478.984	13.366.938	-	13.366.938

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.662.723	102.264	-	12.983.698	3.978	12.987.676
Resultado do período	-	-	-	-	207.166	207.166	165	207.331
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(115)	-	(115)	-	(115)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(19.245)	-	(19.245)	-	(19.245)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	(10)	-	(10)	-	(10)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(19.370)	207.166	187.796	165	187.961
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	622.530	-	-	622.530	-	622.530
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(21.812)	21.812	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	6.294.208	1.924.503	5.285.253	61.082	228.978	13.794.024	4.143	13.798.167
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	4.143	4.143
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	5.285.253	61.082	228.978	13.794.024	-	13.794.024

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	480.848	207.331	480.578	207.166
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	213.928	89.366	(6.352)	(126.785)
Depreciação e Amortização	410.800	398.717	236	260
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	14.651	39.899	23	25
Resultado de Equivalência Patrimonial	(60.118)	(14.042)	(511.625)	(502.706)
Juros e Variações Monetárias	654.169	52.518	(952)	(52.666)
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	369.918	733.612	15.311	446.201
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros.	331.896	663.555	-	-
Obrigações Pós-emprego	228.012	223.576	21.242	20.972
	<u>2.644.104</u>	<u>2.394.532</u>	<u>(1.539)</u>	<u>(7.533)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(220.199)	291.711	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	145.502	341.694	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(9.594)	7.944	-	-
Tributos Compensáveis	526	(13.781)	(141)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	55.284	(206.075)	79.081	28.290
Transporte de Energia	3.266	(2.049)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(13.655)	(21.159)	6.448	(219)
Dividendos recebidos de Participações	157.445	345.406	228.196	540.054
Ativo Financeiro da Concessão	120.118	(1.310.438)	-	-
Direito de Retirada de Gás	366.954	3.980	-	-
Outros	32.443	(31.924)	5.857	24.141
	<u>638.090</u>	<u>(594.691)</u>	<u>319.441</u>	<u>592.269</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(23.660)	(335.404)	594	(2.850)
Impostos, Taxas e Contribuições	(225.049)	(68.105)	(80.821)	(26.881)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	128.753	179.160	(452)	(3.345)
Salários e Contribuições Sociais	9.357	55.729	1.309	2.026
Encargos Regulatórios	15.439	(6.926)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(133.592)	(117.671)	(7.381)	(6.340)
Outros	(136.034)	(208.228)	(9.202)	(15.193)
	<u>(364.786)</u>	<u>(501.445)</u>	<u>(95.953)</u>	<u>(52.583)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	2.917.408	1.298.396	221.949	532.153
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(711.474)	(1.084.559)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(283.024)	(101.229)	(2.081)	(8.892)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.922.910</u>	<u>112.608</u>	<u>219.868</u>	<u>523.261</u>

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(103.864)	1.523.589	117.226	39.150
Em Ativos Financeiros	(156.280)	-	-	-
Fundos Vinculados	(20.810)	(885)	(20.719)	1
Em Investimentos				
Aporte em Investidas	(186.231)	(643.254)	(100.111)	(426.660)
Em Imobilizado	(31.364)	(45.005)	-	(484)
Em Intangível	(407.733)	(466.716)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(906.282)	367.729	(3.604)	(387.993)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos e Debêntures	60.109	2.251.598	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	(855.057)	(2.044.738)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(270.709)	(111.414)	(270.709)	(111.414)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.065.657)	95.446	(270.709)	(111.414)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(49.029)	575.783	(54.445)	23.854
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	995.132	924.632	69.352	256.484
No fim do período	946.103	1.500.415	14.907	280.338
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(49.029)	575.783	(54.445)	23.854

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 de junho DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2017		30/06/2016		30/06/2017		30/06/2016	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	14.282.104		13.304.975		196		499	
Receita de Construção de Distribuição	434.009		552.099		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	7.025		31.634		-		-	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	150.476		148.694		-		-	
Valor justo de ativo indenizável da concessão de distribuição	1.511		5.325		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	269.855		592.469		-		-	
Investimento em Imobilizado	12.149		35.335		-		-	
Outras Receitas	1.479		2.407		-		-	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(140.885)		(174.566)		-		-	
	15.017.723		14.498.372		196		499	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.197.883)		(4.348.815)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(451.216)		(585.301)		-		-	
Serviços de Terceiros	(638.744)		(591.299)		(3.602)		(3.829)	
Gás Comprado para Revenda	(485.163)		(427.009)		-		-	
Materiais	(217.936)		(330.061)		(66)		(45)	
Outros Custos Operacionais	(356.713)		(757.701)		(20.872)		(455.803)	
	(7.347.655)		(7.040.186)		(24.540)		(459.677)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.670.068		7.458.186		(24.344)		(459.178)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(410.800)		(398.717)		(236)		(260)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.259.268		7.059.469		(24.580)		(459.438)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	60.118		14.042		511.625		502.706	
Receitas Financeiras	348.901		603.935		33.018		71.455	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.668.287		7.677.446		520.063		114.723	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.072.781	13,99	933.243	12,16	39.991	7,69	28.984	25,26
Remuneração direta	600.072	7,83	646.198	8,42	14.217	2,73	9.690	8,45
Benefícios	270.294	3,52	243.073	3,17	20.729	3,99	18.509	16,13
FGTS	36.993	0,48	43.972	0,57	682	0,13	785	0,68
Programa de Desligamento Voluntário	165.422	2,16	-	-	4.363	0,84	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	4.945.812	64,50	5.174.448	67,39	(4.071)	(0,78)	(124.953)	(108,92)
Federais	2.285.738	29,81	2.551.316	33,23	(4.613)	(0,89)	(125.194)	(109,13)
Estaduais	2.652.340	34,59	2.615.849	34,07	392	0,08	48	0,04
Municipais	7.734	0,10	7.283	0,09	150	0,03	193	0,17
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.168.846	15,24	1.362.424	17,75	3.565	0,69	3.526	3,07
Juros	1.122.148	14,63	1.313.343	17,11	1.961	0,38	3.204	2,79
Aluguéis	46.698	0,61	49.081	0,64	1.604	0,31	322	0,28
Remuneração de Capitais Próprios	480.848	6,27	207.331	2,70	480.578	92,40	207.166	180,58
Lucros Retidos	480.578	6,27	207.166	2,70	480.578	92,40	207.166	180,58
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	270	-	165	-	-	-	-	-
	7.668.287	100,00	7.677.446	100,00	520.063	100,00	114.723	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig excedeu o ativo circulante consolidado em R\$3.902.918. Em 30 de junho de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig totalizaram R\$5.192.693 e R\$9.413.957. A Companhia apresentou fluxos de caixa operacional consolidado positivos nos valores de R\$1.922.910 no primeiro semestre de 2017 e R\$112.608 no mesmo período de 2016.

O passivo circulante da controladora excedeu o ativo circulante em R\$141.844. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.157.512. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A controladora apresentou fluxos de caixa operacional positivos nas suas operações de R\$219.868 no primeiro semestre de 2017 e R\$523.261 no mesmo período de 2016.

O volume substancial de dívida da Cemig pode afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- O estatuto social da Companhia prevê a obrigação de manutenção de determinados indicadores financeiros consolidados, relacionados a fatores que incluem dívidas e investimentos, dentro de determinados limites para os valores consolidados do Grupo, o que poderia afetar sua flexibilidade operacional. Em 2016 e no primeiro semestre de 2017, determinados limites e índices financeiros estabelecidos no estatuto social da Companhia foram excedidos, os quais foram previamente aprovados na Assembleia Geral de Acionistas. A Cemig obteve aprovação de seus acionistas para que a Companhia exceda esses limites e índices financeiros aplicáveis para 2017.
- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a Cemig está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, está sujeita também às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.

- A Cemig está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos. Em 2016, a Cemig apresentou um programa de desinvestimento que contempla a venda de ativos para o período de 2017–2018, com o objetivo de melhorar nossa posição de liquidez de curto prazo através da melhoria da sua liquidez e redução do endividamento.

Apesar da Cemig estar com alavancagem significativa, a Companhia espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderá comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderá comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderá afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar às informações trimestrais individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de agosto de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de 30 de junho de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2017 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/06/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	30	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Fundos Vinculados
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE) e da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Investimentos
16	15	Imobilizado
17	16	Intangível
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
20	19	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
21	20	Encargos Regulatórios
22	21	Obrigações Pós-Emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
25	24	Receita
26	25	Custos e Despesas Operacionais
27	26	Receitas e Despesas Financeiras
28	27	Transações com Partes Relacionadas
29	28	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
30	29	Mensuração Pelo Valor Justo
33	32	Transações não Envolvendo Caixa
34	33	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
31	Seguros
32	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

As Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda encontram-se com seus contratos de concessões (Contrato de Concessão 007/97) vencidos. A Companhia por entender que tem direito à renovação dessas concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das concessões da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda). Entretanto estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.

Como parte da discussão judicial, em março de 2017, as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, foram revogadas.

Até a data de revogação das liminares de cada uma das usinas, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais das usinas, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação das usinas e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de quotas.

Em 30 de junho de 2017, o saldo ainda não amortizado das concessões das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda nos valores contábeis de R\$169.822, R\$206.566 e R\$629.375, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos de Concessões de Geração, considerando que ainda estão em discussão judicial. A Companhia não espera perdas na realização destes ativos.

O julgamento no STF do processo em que a Cemig GT pleiteia a renovação das concessões está previsto para ocorrer em 22 de agosto de 2017. A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Enquanto as discussões judiciais estão em andamento, o Ministério de Minas e Energia designou a Companhia como responsável, em caráter temporário, pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguará e UHE Miranda, de forma a garantir a continuidade do serviço. O custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG) das usinas UHE Jaguará e UHE Miranda, nos montantes de R\$36.635 e R\$ R\$29.645 respectivamente por ano, serão utilizados para a definição da Receita Anual de Geração (RAG) inicial das usinas.

Adicionalmente a Companhia protocolizou resposta junto ao MME acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Neste sentido, a Portaria MME nº79, de 2 de março de 2017, estabeleceu o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, pelo regime de cotas, ao qual a Companhia tem direito por operar e manter a usina, em caráter temporário a partir de 24 de fevereiro de 2017 no valor de R\$ 30.356, por ano, a preços de janeiro de 2017.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	43.963	101.419	4.489	4.414
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	829.427	523.673	9.079	17.098
Overnight	71.127	370.040	1.339	47.840
Outros	1.586	-	-	-
	902.140	893.713	10.418	64.938
	946.103	995.132	14.907	69.352

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 10,14% (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	125.706	46.011	936	4.238
Letras Financeiras - Bancos	677.643	728.293	12.759	94.156
Letras Financeiras do Tesouro	282.764	192.995	5.324	24.951
Debêntures	10.436	45.289	1.840	9.403
Outros	4.664	1.600	700	611
	1.101.213	1.014.188	21.559	133.359
Não Circulante				
Letras Financeiras - Bancos	-	14.134	-	1.820
Debêntures	14.501	16.906	533	4.139
	14.501	31.040	533	5.959
	1.115.714	1.045.228	22.092	139.318

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, em 30 de junho de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2017	31/12/2016
Fornecimento Faturado	1.266.191	737.050	788.284	2.791.525	2.568.823
Fornecimento não Faturado	882.307			882.307	919.531
Suprimento a Outras Concessionárias	270.947	85.475	10.760	367.182	422.981
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	184	67.312	1.047	68.543	1.432
Concessionários – Transporte de Energia	226.279	35.703	76.884	338.866	318.723
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(800.990)	(800.990)	(660.105)
	2.645.908	925.540	75.985	3.647.433	3.571.385
Ativo Circulante				3.501.953	3.425.018
Ativo não Circulante				145.480	146.367

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Residencial	324.643	244.964
Industrial	139.345	132.586
Comércio, Serviços e Outras	176.573	152.297
Rural	33.616	23.764
Poder Público	29.057	9.672
Iluminação Pública	5.288	5.392
Serviço Público	16.796	15.408
Encargos de Uso de Rede - TUSD	67.733	67.733
Outros	7.939	8.289
	800.990	660.105

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no primeiro semestre é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445
Constituições	174.566
Baixas	(107.859)
Saldo em 30 de junho de 2016	692.152
Saldo em 31 de dezembro de 2016	660.105
Constituições	140.885
Saldo em 30 de junho de 2017	800.990

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia, com determinados clientes, tendo recebido os montantes de R\$181.200 e R\$142.601, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e de 1º de julho a 31 de dezembro de 2017, respectivamente. O saldo devedor, em 30 de junho de 2017, é de R\$263.440, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	142.601
Realização	(85.041)
Atualização Financeira	24.680
Saldo em 30 de junho de 2017	263.440

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	140.303	155.306	-	-
PIS-PASEP	12.470	12.480	24	-
COFINS	57.595	57.634	117	-
Outros	13.719	10.864	-	-
	<u>224.087</u>	<u>236.284</u>	<u>141</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	184.010	170.551	-	-
PIS-PASEP	595	914	4	4
COFINS	3.127	4.597	16	16
Outros	2.227	2.226	1.796	1.796
	<u>189.959</u>	<u>178.288</u>	<u>1.816</u>	<u>1.816</u>
	<u>414.046</u>	<u>414.572</u>	<u>1.957</u>	<u>1.816</u>

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 30 de junho de 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	375.885	436.167	41.481	78.174
Contribuição Social	130.264	153.352	2.826	-
	506.149	589.519	44.307	78.174
Não Circulante				
Imposto de Renda	52.916	98.132	52.916	98.132
Contribuição Social	13.930	13.928	13.930	13.928
	66.846	112.060	66.846	112.060
	572.995	701.579	111.153	190.234

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	292.198	290.272	201.573	202.797
Provisões	1.093.646	1.027.279	551.119	547.277
Obrigações Pós-Emprego	1.217.602	1.175.074	127.181	121.973
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	298.218	228.801	7.192	7.192
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	202.931	201.711	-	-
Concessão Onerosa	8.151	8.262	-	-
Outros	15.624	22.096	-	190
Total	3.128.370	2.953.495	887.065	879.429
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de Captação	(34.694)	(44.835)	-	-
Custo atribuído	(280.276)	(268.009)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(472.530)	(481.488)	(88.862)	(90.111)
Encargos Financeiros Capitalizados	(156.914)	(148.559)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.523)	(1.549)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(608.646)	(516.985)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	(266.601)	(270.553)	-	-
Outros	(7.601)	(6.270)	-	-
Total	(1.829.785)	(1.738.248)	(88.862)	(90.111)
Total Líquido	1.298.585	1.215.247	798.203	789.318
Total do Ativo	1.949.547	1.797.453	798.203	789.318
Total do Passivo	(650.962)	(582.206)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	809.232	778.120
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(10.499)	139.022
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	110	-
Saldo em 30 de junho de 2016	798.844	917.142
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.215.247	789.318
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	78.794	8.885
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	4.544	-
Saldo em 30 de junho de 2017	1.298.585	798.203

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes dos Impostos	694.776	296.697	474.226	80.381
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(236.224)	(100.877)	(161.237)	(27.329)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	9.096	(9.851)	166.824	153.240
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.512)	(1.804)	-	-
Incentivo Fiscal	6.088	1.109	43	50
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	(1.586)	-	(66)
Diferença de Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro Real	38.819	34.286	-	-
Multas Indedutíveis	(8.405)	(7.582)	(11)	(14)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.112)	(6.157)	-	-
Outros	(15.678)	3.096	733	904
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(213.928)	(89.366)	6.352	126.785
Alíquota Efetiva	30,79%	30,14%	1,34%	(157,73)%
Imposto Corrente	(292.722)	(78.867)	(2.533)	(12.237)
Imposto Diferido	78.794	(10.499)	8.885	139.022

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Resultado antes dos Impostos	188.653	264.957	141.589	106.695
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(64.142)	(90.085)	(48.140)	(36.276)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	503	7.693	43.983	131.048
Contribuições e Doações Indedutíveis	(680)	(1.057)	-	-
Incentivo Fiscal	2.292	(2.195)	43	20
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(93)	578	-	24
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	36.192	25.627	-	-
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-
Multas Indedutíveis	(3.647)	(2.430)	(5)	(14)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(3.037)	(3.136)	-	-
Outros	(17.927)	2.172	512	550
Imposto de Renda e Contribuição Social – Crédito (Despesa) Efetivos	(50.539)	(62.833)	(3.607)	95.352
Alíquota Efetiva	26,79%	23,71%	2,55%	89,37%
Imposto Corrente	(59.265)	(7.075)	(2.533)	(10.583)
Imposto Diferido	8.726	(55.758)	(1.074)	105.935

10. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$388.284, refere-se principalmente a valor depositado junto ao Banco Santander, em conformidade com acordo de acionistas da RME e LEPSA, como garantia para liquidação das opções de venda, descritas na nota explicativa nº 14. O contrato da conta junto ao banco depositário possui vigência até 15 de dezembro de 2017.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhista	290.191	259.415	33.114	31.231
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	24.948	24.130	527	510
PASEP/COFINS (1)	749.633	746.340	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	37.062	36.657	-	-
ITCD	47.563	45.620	47.124	45.181
IPTU	63.720	80.345	52.931	65.694
FINSOCIAL	38.591	37.399	38.591	37.399
IR/CS - Indenização do Anuênio (3)	262.243	255.127	12.603	12.262
Outros	78.538	59.247	29.527	28.702
	1.302.298	1.284.865	181.303	189.748
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	50.563	60.227	28.487	27.374
Responsabilidade Civil	12.779	13.484	5.966	6.015
Relações de Consumo	5.938	5.598	1.543	1.548
Bloqueio Judicial	8.680	7.877	3.171	3.118
Outros	13.787	15.968	1.343	1.389
	331.192	342.599	279.955	278.889
	1.923.681	1.886.879	494.372	499.868

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 22.
- (3) Ver detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do Anuênio)

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 30 de junho de 2017, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$401.695 (R\$409.102 em 30 de junho de 2016). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$73.345 (R\$63.751 em 31 de dezembro de 2016), reconhecidos no ativo circulante.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2017	31/12/2016
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	252.392	216.107
Concessões de Transmissão	480.036	482.281
Indenização a Receber – transmissão (a.1)	2.075.085	1.805.230
Indenizações a Receber – geração (a.2)	616.876	546.624
Bonificação pela Outorga – Usinas Leilão 12/2015 (a.3)	2.293.014	2.253.765
	<u>5.717.403</u>	<u>5.304.007</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	34.806	397.725
Total	5.752.209	5.701.732
Ativo Circulante	388.799	730.488
Ativo Não Circulante	5.363.410	4.971.244

Passivos Financeiros da Concessão	30/06/2017	31/12/2016
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	947.534	804.975
Passivo Circulante	947.534	481.835
Passivo Não Circulante	-	323.140

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição e transmissão de energia elétrica e distribuição de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

a.1) Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Indenização dos ativos de transmissão – Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017.

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da Companhia, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de junho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT durante os próximos doze meses.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Cemig GT tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 09/2016	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Total Indenização em 30 de junho de 2017	2.075.085

a.2) Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas por controladas da Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia e suas controladas passaram a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876, em 30 de junho de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia e suas controladas não esperam perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, conforme descrito a seguir:

a.3) Bonificação por outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes a 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015 vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.283.197	80.959	(59.763)	1.304.393
Cemig Geração Salto Grande S.A.	402.639	25.530	(18.847)	409.322
Cemig Geração Itutinga S.A.	149.904	10.825	(8.013)	152.716
Cemig Geração Camargos S.A.	112.447	8.060	(5.965)	114.542
Cemig Geração Sul S.A.	146.553	11.320	(8.393)	149.480
Cemig Geração Leste S.A.	99.315	8.573	(6.373)	101.515
Cemig Geração Oeste S.A.	59.710	5.210	(3.874)	61.046
Total	2.253.765	150.477	(111.228)	2.293.014

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Quanto à Usina de Volta Grande a Portaria MME nº79, de 2 de março de 2017, estabeleceu o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, pelo regime de cotas, ao qual a Cemig GT tem direito por operar e manter a usina, em caráter temporário a partir de 24 de fevereiro de 2017, conforme mencionado na nota explicativa 4.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Distribuição	Transmissão	Geração	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.983	1.501.441	546.424	2.183.848
Adição	-	31.634	-	31.634
Adição - Bonificação pela Outorga - Usinas	-	-	2.216.353	2.216.353
Baixas	(352)	(163)	-	(515)
Recebimentos	-	(7.271)	(154.555)	(161.826)
Transferência Financeiro X Intangível	35.752	-	-	35.752
Atualização Financeira	5.325	592.469	200.890	798.684
Saldo em 30 de junho de 2016	176.708	2.118.110	2.809.112	5.103.930
Saldo em 31 de dezembro de 2016	216.107	2.287.511	2.800.389	5.304.007
Adições	-	156.280	-	156.280
Transferência para ativos financeiros da concessão - Indenização Usina não renovada UHE Volta Grande	-	-	70.252	70.252
Recebimentos Ativos Transmissão	-	(8.890)	(111.228)	(120.118)
Transferência Financeiro X Imobilizado X Intangível	34.789	-	-	34.789
Atualização Financeira	1.511	120.600	150.477	272.588
Baixas	(15)	(380)	-	(395)
Saldo em 30 de junho de 2017	252.392	2.555.121	2.909.890	5.717.403

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros, devendo ser ressaltado que nas Informações Contábeis Intermediárias os saldos das rubricas estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	1.008.177	738.483	1.746.660	1.443.964	924.914	2.368.878
Ativo Circulante	1.008.177	67.694	1.075.871	1.443.964	547.241	1.991.205
Ativo Não Circulante	-	670.789	670.789	-	377.673	377.673
Passivo	(1.910.786)	(748.602)	(2.659.388)	(1.046.239)	(1.729.889)	(2.776.128)
Passivo Circulante	(1.910.786)	(112.619)	(2.023.405)	(1.046.239)	(1.029.076)	(2.075.315)
Passivo Não Circulante	-	(635.983)	(635.983)	-	(700.813)	(700.813)
Total Circulante Líquido	(902.609)	(44.925)	(947.534)	397.725	(481.835)	(84.110)
Total Não Circulante Líquido	-	34.806	34.806	-	(323.140)	(323.140)
Total Líquido	(902.609)	(10.119)	(912.728)	397.725	(804.975)	(407.250)

Componentes Financeiros	30/06/2017			31/12/2016		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(338.818)	(85.151)	(423.969)	202.801	(244.840)	(42.039)
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	19.158	(45.174)	(26.016)	1.923	8.103	10.026
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	4.857	(7.625)	(2.768)	5.254	3.926	9.180
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(11.277)	-	(11.277)	13.080	4.247	17.327
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(92.251)	(203.009)	(295.260)	(54.989)	(189.063)	(244.052)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(189.373)	378.575	189.202	422.852	(78.922)	343.930
Outros Componentes Financeiros						
Sobrecontratação de Energia	18.387	(21.065)	(2.678)	(104.671)	(55.834)	(160.505)
Neutralidade da Parcela A	(67.277)	21.768	(45.509)	78.254	(76.367)	1.887
Outros Itens Financeiros	(246.015)	-	(246.015)	(166.779)	(162.614)	(329.393)
Bandeiras Tarifárias (1)	-	(36.420)	(36.420)	-	(13.611)	(13.611)
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos (2)	-	(12.018)	(12.018)	-	-	-
TOTAL	(902.609)	(10.119)	(912.728)	397.725	(804.975)	(407.250)

(1) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

(2) Valores de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, conforme PRORET 2.1A, e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656
(-) Constituição líquida de passivos financeiros	(432.169)
(-) Amortização	(231.386)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(341.694)
(+) Atualização Selic (1)	187.564
Saldo em 30 de junho de 2016	531.971
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(407.250)
(+) Constituição líquida de ativos financeiros	1.297
(-) Realização	(333.193)
(-) Repasses da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT	(145.502)
(+) Atualização Selic	(28.080)
Saldo em 30 de junho de 2017	(912.728)

(1) Inclui ajuste relativo à homologação da CVA pela ANEEL ocorrida em maio de 2016.

Repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

A Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2017, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$145.502 (R\$341.694 de janeiro a junho de 2016) e foram reconhecidos como uma realização parcial da CVA constituída.

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.179.894	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	54.166	50.411	-	-
Guanhães Energia	17.489	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	33.241	31.809	-	-
Retiro Baixo	168.290	161.848	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	563.451	527.498	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	595.257	643.890	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	634.665	677.182	-	-
Lightger	44.431	41.543	-	-
Baguari Energia	168.884	162.106	-	-
Renova	709.326	688.625	-	-
Aliança Geração	1.306.522	1.319.055	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	61.776	63.307	-	-
Central Eólica Volta do Rio	77.174	81.228	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	56.756	59.586	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	843.157	781.022	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	2.782	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.308.772	2.499.867
Light	1.034.295	1.070.477	1.034.295	1.070.477
TAESA	1.553.192	1.582.633	1.553.192	1.582.633
Cemig Telecom	-	-	190.738	191.515
Ativas Data Center	18.253	17.741	-	-
Gasmig	-	-	1.376.257	1.419.492
Rosal Energia	-	-	100.707	141.038
Sá Carvalho	-	-	104.551	106.111
Horizontes Energia	-	-	51.456	52.396
Usina Térmica Ipatinga	-	-	4.200	4.009
Cemig PCH	-	-	91.037	91.969
LEPSA	337.291	343.802	337.291	343.802
RME	333.530	340.063	333.530	340.063
Companhia Transleste de Transmissão	22.950	21.588	22.950	21.588
UTE Barreiro	-	-	37.421	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	22.549	20.505	22.549	20.505
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	18.461	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	26.311	23.952	26.311	23.952
Efficientia	-	-	6.502	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	2.205	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	22.357	21.171	22.357	21.171
Cemig Trading	-	-	29.320	28.635
Axixiom Soluções Tecnológicas	14.827	19.264	14.827	19.264
Cemig Overseas (*)	-	-	131	20
Total do Investimento	8.722.922	8.753.088	12.868.954	12.627.857
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	-
Total	8.722.922	8.694.017	12.868.954	12.627.857

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center, que referem-se a coligadas com influência significativa. A Ativas Data Center passou a ser investida com influência significativa a partir do 4º trimestre de 2016.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Controladora	31/12/2015	Amortização	30/06/2016	31/12/2016	Amortização	30/06/2017
Renova	805.458	(21.384)	784.074	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(592)	30.114	29.525	(592)	28.933
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(764)	20.104	19.341	(764)	18.577
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(504)	14.314	13.807	(504)	13.303
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(1.028)	28.433	27.406	(1.028)	26.378
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	163.296	(2.978)	160.318	157.340	(2.978)	154.362
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	58.489	(986)	57.503	56.518	(986)	55.532
Total Cemig Geração e Transmissão	1.123.096	(28.236)	1.094.860	303.937	(6.852)	297.085
TAESA	414.774	(9.322)	405.452	288.146	(6.780)	281.366
Light	231.163	(11.180)	219.983	208.800	(11.180)	197.620
Gasmig	215.410	(3.956)	211.454	207.498	(3.956)	203.542
LEPSA	-	-	-	48.429	(2.532)	45.897
RME	-	-	-	48.429	(2.532)	45.897
TOTAL GERAL	1.984.443	(52.694)	1.931.749	1.105.239	(33.832)	1.071.407

Consolidado	31/12/2015	Amortização	30/06/2016	31/12/2016	Amortização	30/06/2017
TAESA	414.774	(9.322)	405.452	288.146	(6.780)	281.366
Light	231.163	(11.180)	219.983	208.800	(11.180)	197.620
Gasmig	215.410	(3.956)	211.454	207.498	(3.956)	203.542
LEPSA	-	-	-	48.429	(2.532)	45.897
RME	-	-	-	48.429	(2.532)	45.897
TOTAL	861.347	(24.458)	836.889	801.302	(26.980)	774.322

b) A movimentação dos Investimentos, em controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Outros	30/06/2017
Cemig Geração e Transmissão	4.583.195	530.551	(33.852)	-	100.000	-	5.179.894
Cemig Distribuição	2.499.867	(191.095)	-	-	-	-	2.308.772
Cemig Telecom	191.515	(97)	(680)	-	-	-	190.738
Rosal Energia	141.038	(9.363)	-	(30.968)	-	-	100.707
Sá Carvalho	106.111	17.071	-	(18.631)	-	-	104.551
Gasmig	1.419.492	54.844	-	(98.079)	-	-	1.376.257
Horizontes Energia	52.396	6.878	-	(7.818)	-	-	51.456
Usina Térmica Ipatinga	4.009	191	-	-	-	-	4.200
Cemig PCH	91.969	9.133	-	(10.065)	-	-	91.037
LEPSA	343.802	(4.508)	(1.876)	-	-	(127)	337.291
RME	340.063	(4.591)	(1.815)	-	-	(127)	333.530
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	2.627	-	(1.265)	-	-	22.950
UTE Barreiro	39.266	(2.769)	-	924	-	-	37.421
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	2.044	-	-	-	-	22.549
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	20.154	17.877	-	(19.570)	-	-	18.461
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	2.359	-	-	-	-	26.311
Efficientia	4.868	2.804	-	(1.171)	-	1	6.502
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.867	338	-	-	-	-	2.205
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	2.532	-	(1.346)	-	-	22.357
Light	1.070.477	(30.740)	(5.442)	-	-	-	1.034.295
Cemig Trading	28.635	28.120	-	(27.435)	-	-	29.320
Axxiom Soluções Tecnológicas	19.264	(4.437)	-	-	-	-	14.827
Taesa	1.582.633	81.856	-	(111.297)	-	-	1.553.192
Cemig Overseas	20	-	-	-	111	-	131
	12.627.857	511.625	(43.665)	(326.721)	100.111	(253)	12.868.954

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	30/06/2017
Companhia Transleste de Transmissão	21.588	2.627	-	(1.265)	-	-	22.950
Companhia Transudeste de Transmissão	20.505	2.044	-	-	-	-	22.549
Companhia Transirapé de Transmissão	23.952	2.359	-	-	-	-	26.311
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.171	2.532	-	(1.346)	-	-	22.357
Light	1.070.477	(30.740)	(5.442)	-	-	-	1.034.295
Axiom Soluções Tecnológicas	19.264	(4.437)	-	-	-	-	14.827
LEPSA	343.802	(4.508)	(1.876)	-	-	(127)	337.291
RME	340.063	(4.591)	(1.815)	-	-	(127)	333.530
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	6.396	-	(2.641)	-	-	54.166
Guanhães Energia (1)	-	(2.081)	-	-	78.641	(59.071)	17.489
Hidrelétrica Pipoca	31.809	2.716	-	(1.284)	-	-	33.241
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(48.633)	-	-	-	-	595.257
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(42.517)	-	-	-	-	634.665
Lightger	41.543	3.530	-	(642)	-	-	44.431
Baguari Energia	162.106	12.529	-	(5.752)	-	1	168.884
Central Eólica Praias de Parajuru	63.307	(1.125)	-	(406)	-	-	61.776
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(4.054)	-	-	-	-	77.174
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(2.830)	-	-	-	-	56.756
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	6.194	-	-	55.941	-	843.157
Ativas Data Center	17.741	(1.491)	-	-	-	2.003	18.253
Taesa	1.582.633	81.856	-	(111.297)	-	-	1.553.192
Renova	688.625	36.553	(33.852)	-	18.000	-	709.326
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Aliança Geração	1.319.055	39.043	-	(51.576)	-	-	1.306.522
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.304	-	-	33.649	-	563.451
Retiro Baixo	161.848	6.442	-	-	-	-	168.290
Total do Investimento	8.753.088	60.118	(42.985)	(176.209)	186.231	(57.321)	8.722.922
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	8.694.017	60.118	(42.985)	(176.209)	186.231	1.750	8.722.922

(1) Transferência do passivo a descoberto;

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	30/06/2017			31/12/2016		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	5.179.894	100,00	1.837.710	4.583.195
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	110.543	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	185.647.000	49,00	185.647	35.692	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	67.839	49,00	41.360	64.916
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	279.273	49,90	222.850	263.680
Aliança Norte - (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.082.705	1.036.569	49,00	1.014.111	1.076.527
Madeira Energia -(Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.932.075	18,13	10.151.952	6.418.617
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	90.676	49,00	79.232	84.781
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	243.384	69,39	186.573	247.662
Renova	417.197.244	36,23	2.960.776	1.975.842	34,15	2.856.255	1.955.598
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.965.129	45,00	1.291.488	1.972.519
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.161	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	130.349	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	61.996	49,00	52.960	65.128
Amazônia Energia (1) (Usina de Belo Monte)	1.176.194.023	74,50	1.190.828	1.131.754	74,50	1.115.739	1.048.351
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	49,00	5.677	5.677
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	2.308.772	100,00	2.361.998	2.499.867
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.210.572	26,06	2.225.822	3.353.796
Cemig Telecom	397.683.385	100,00	241.742	190.738	100,00	241.742	191.515
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	100.707	100,00	46.944	141.038
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	104.551	100,00	36.833	106.111
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.177.779	99,57	665.429	1.425.622
Horizontes Energia	39.257.563	100,00	39.258	51.456	100,00	39.258	52.396
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	4.200	100,00	174	4.009
Cemig PCH	35.952.000	100,00	35.952	91.037	100,00	35.952	91.969
LEPSA	1.379.839.905	66,62	437.638	437.397	66,62	437.638	443.370
RME	1.365.421.406	66,27	433.770	434.032	66,27	433.770	440.069
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	91.800	25,00	49.569	81.293
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	37.421	100,00	30.902	39.266
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	93.954	24,00	30.000	85.438
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	18.461	100,00	486	20.154
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	107.392	24,50	22.340	97.763
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.502	100,00	6.052	4.868
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	1.000.000	100,00	1.000	2.205	100,00	1.000	1.867
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	43.837	51,00	28.000	41.512
Cemig Trading	1.000.000	100,00	1.000	29.320	100,00	1.000	28.635
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	30.259	49,00	46.600	39.314
TAESA	1.033.496.721	31,54	3.042.034	4.032.422	31,54	3.042.034	4.307.588

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Light: Em 30 de junho de 2017 apresentava capital circulante negativo consolidado em R\$1.965.642 (R\$1.258.928 em 31 de dezembro de 2016). A Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e está empenhada em alongar seu perfil de dívida, assim como espera uma maior geração operacional de caixa a partir da revisão tarifária periódica, ocorrida a partir de 15 de março de 2017, que resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica de 10,45%. A Administração da Light entende que o sucesso dessas ações reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.023.684, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) no valor de R\$599.091 e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e o equacionamento dos recursos aportados por certos acionistas através de decisão da AGE e que, portanto, não são exigíveis imediatamente.

Renova Energia: No período findo em 30 de junho de 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$1.016.556, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.425.287 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Os principais motivos para esse cenário são: a) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; b) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; e c) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores até 30 de junho de 2017 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Renova:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$ R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684.
- (2) A Renova está em entendimentos com o BNDES para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 30 de junho de 2017 no montante de R\$837.946 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III–Fase A. Uma vez que o

longo prazo seja contratado parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87% (informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;

- (3) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez e em 2017 já efetuaram aportes de R\$62.764.
- (4) Otimização do portfólio de contratos com cancelamento permanente de 188,2 MWm e projetos, no âmbito do MCSD A4+.
- (5) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Aliança Geração: Em 30 de junho de 2017 a investida possuía capital circulante negativo no montante de R\$188.324 (R\$204.494 em 31 de dezembro de 2016). Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. Em 10 de julho de 2017, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 350.000, as quais terão prazo de 3 anos contados da Data de Emissão.

Em 14 de julho de 2017 a Aliança Geração pagou integralmente a 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. O valor integral pago nesta operação foi de R\$ 343.218.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.229.922 em 30 de junho de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 30 de junho de 2017, R\$22.058.150 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG GT estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2017 é de R\$201.109.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Informações Contábeis da Companhia.

Investimento na Renova

Contrato de opção

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes, e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito. Com base nessa avaliação, foi reconhecido um prejuízo de R\$216.875 no 1º trimestre de 2016 na investida, cujo impacto na Cemig foi de R\$59.315, correspondente à sua participação.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na empresa e na sequência, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos. Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison e a Renova entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.

Em junho de 2017, a Renova celebrou acordo com a TerraForm Global (SUNEDISON) no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem mediante compensações à Renova de R\$ 48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform, mencionadas a seguir.

Investimento na Terraform

A Renova Energia possuía investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações em bolsa de valores (NASDAQ), cujos ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

No 1º semestre de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$73.224 (R\$26.470 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia. No 1º semestre de 2016, a investida registrou perda no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig GT) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform com base no valor das ações no mercado.

Em 15 de maio de 2017, a Renova e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a investida detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”) e em 26 de maio de 2017, a investida divulgou fato relevante da alienação das ações da Terraform para a Brookfield. O preço total de aquisição foi de R\$302.219, com o fechamento da operação em 03 de julho de 2017, após a conclusão de determinadas condições precedentes.

Rescisão de contrato de compra e venda de ações

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) para a TerraForm Global, Inc. foi rescindido, por acordo entre as partes, mediante o pagamento pela TerraForm Global à Renova de um break up fee no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig GT). Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam compondo o portfólio de ativos operacionais da Renova.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2017, a Renova efetuou uma revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma perda de R\$31.903 (R\$10.895 de impacto na Cemig GT) nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do período.

Opções de Venda

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2017; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analicamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT’s se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Opção de Venda de ações da RME e LEPSA

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da RME e LEPSA (após reorganização societária da Parati S.A.), uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No segundo trimestre de 2016, foram assinados Termos de Aditamento ao Acordo de acionistas da Parati, sendo descritas abaixo as principais alterações decorrentes desses aditamentos:

- 1) Postergação do vencimento da Opção de Venda outorgada em 2011 pela Cemig em favor dos cotistas do FIP Redentor, inicialmente previsto para ocorrer em 31 de maio de 2016, para duas datas de exercício distintas:

- a) Primeira janela de exercício: a intenção de exercício poderia ser manifestada por acionista(s) direto(s), independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2016, inclusive, e englobaria apenas ações preferenciais de emissão da Parati, no limite de até 153.634.195 ações, representativas de 14,30% da totalidade das ações da Parati detidas pelos demais acionistas diretos.

A Cemig recebeu, em 06 de setembro de 2016, Notificação de Intenção de Exercício de Opção de Venda – Primeira Janela, do Banco BTG Pactual (“BTG Pactual”), comunicando o exercício, em caráter irrevogável e irretratável, do seu direito de vender para a CEMIG 153.634.195 ações preferenciais (“Ações Objeto da Opção de Venda”) representativas de sua participação acionária na Parati.

Em outubro de 2016, em função da extinção da Parati, a Opção de Venda foi desdobrada para RME e LEPSA na proporção de 50% para cada, mantidas todas as condições previstas na Opção de Venda original, exceto os itens modificados nos aditivos, incluindo alteração nos seus Estatutos Sociais.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig pagou R\$221,8 milhões pela parcela do BTG Pactual na RME e LEPSA, pelo exercício da primeira janela da PUT.

- b) Segunda janela de exercício: a intenção de exercício poderá ser manifestada pelo(s) acionista(s) direto(s) que decidir(em) por exercê-la, independentemente do exercício da Opção de Venda pelos demais acionistas diretos, até o dia 23 de setembro de 2017, inclusive, e poderá englobar a totalidade das ações de emissão da Parati, sendo independente do exercício

ou não da Opção de Venda na primeira janela de exercício. O pagamento pela Cemig deverá ocorrer até 30 de novembro de 2017;

- 2) A Opção de Venda passou a poder ser exercida não apenas pelo FIP Redentor, mas também pelos acionistas diretos da Parati, incluindo, mas não se limitando, aos cotistas e/ou suas afiliadas do FIP Redentor, que passará a ser titular de uma Opção de Venda e/ou dos direitos dela decorrentes, por meio do qual cada um dos acionistas diretos terá individualmente o direito de vender quaisquer ações de emissão da Parati de suas respectivas titularidades;
- 3) Inclusão de condições de adiantamento da data de exercício da opção de venda: em caso de ocorrência de qualquer evento de adiantamento de opção previsto, qualquer dos acionistas diretos poderá apresentar à Cemig uma notificação de adiantamento de opção, momento no qual será considerada exercida por todos os acionistas diretos, sobre a totalidade de suas ações; e,
- 4) Para garantir o pagamento integral da Opção de Venda a Cemig ofereceu aos detentores da Opção de Venda, em 31 de maio de 2016, 55.234.637 ações ordinárias e 110.469.274 ações preferenciais, ambas de emissão da Transmissora Aliança de Energia S.A. (Taesa), e, como reforço de garantia, 53.152.298 ações de emissão da Light, de sua titularidade direta.

Valor da exposição da Companhia

A movimentação do valor das opções, correspondente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício correspondente, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.149.881
Variação do Valor Justo	15.651
Reversões	(8.020)
Saldo em 30 de junho de 2017	1.157.512
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.245.103
Variação do Valor Justo	434.352
Saldo em 30 de junho de 2016	1.679.455

No cálculo do valor justo da opção com base no Black-Scholes-Merton as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento da ação da Light na data de 30 de junho de 2017 (como referência para o valor da participação indireta detida pelos acionistas diretos da RME e LEPSA na Light); taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do

modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$1.116.760 e R\$1.180.151, respectivamente.

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$237.775, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173
Variação do Valor Justo	46.936
Reversões	(5.334)
Saldo em 30 de junho de 2017	237.775
Saldo em 31 de dezembro de 2015	147.614
Variação do Valor Justo	26.011
Saldo em 30 de junho de 2016	173.625

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 7,41% a 11,41% ao ano e volatilidade entre 12% e 72% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$197.667 e R\$317.376, respectivamente.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	225.081	(12.404)	212.677	286.368	(7.718)	278.650
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.324.657	(2.048.510)	1.276.147	5.347.448	(3.586.435)	1.761.013
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.101.808	(761.695)	340.113	1.789.111	(1.370.631)	418.480
Máquinas e Equipamentos	2.926.457	(2.047.668)	878.789	4.518.403	(3.347.214)	1.171.189
Veículos	28.816	(25.149)	3.667	28.816	(24.586)	4.230
Móveis e Utensílios	15.838	(12.576)	3.262	15.781	(12.373)	3.408
	7.622.657	(4.908.002)	2.714.655	11.985.927	(8.348.957)	3.636.970
Em Curso	108.378	-	108.378	138.106	-	138.106
Imobilizado Líquido	7.731.035	(4.908.002)	2.823.033	12.124.033	(8.348.957)	3.775.076

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas Jaguará, Miranda e Volta Grande (1)	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2017
Em Serviço							
Terrenos	278.650	-	(61.287)	-	(4.686)	-	212.677
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.761.013	-	(440.923)	(3)	(44.579)	639	1.276.147
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	418.480	-	(68.971)	-	(9.859)	463	340.113
Máquinas e Equipamentos	1.171.189	-	(298.058)	(4.720)	(47.611)	57.989	878.789
Veículos	4.230	-	-	-	(563)	-	3.667
Móveis e Utensílios	3.408	-	-	-	(203)	57	3.262
	3.636.970	-	(869.239)	(4.723)	(107.501)	59.148	2.714.655
Em Curso	138.106	31.364	(130)	(1.814)	-	(59.148)	108.378
Imobilizado Líquido	3.775.076	31.364	(869.369)	(6.537)	(107.501)	-	2.823.033

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 13).

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2016
Em Serviço						
Terrenos	278.609	-	(351)	(1.498)	84	276.844
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	1.830.045	-	(3)	(49.579)	26.804	1.807.267
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	437.311	-	(48)	(11.880)	3.925	429.308
Máquinas e Equipamentos	1.192.099	-	(11.864)	(53.778)	67.440	1.193.897
Veículos	8.082	-	-	(1.299)	(1.518)	5.265
Móveis e Utensílios	4.473	-	(1)	(161)	(718)	3.593
	<u>3.750.619</u>	<u>-</u>	<u>(12.267)</u>	<u>(118.195)</u>	<u>96.017</u>	<u>3.716.174</u>
Em Curso	189.704	45.005	(6.237)	-	(96.017)	132.455
Imobilizado Líquido	<u>3.940.323</u>	<u>45.005</u>	<u>(18.504)</u>	<u>(118.195)</u>	<u>-</u>	<u>3.848.629</u>

A taxa de depreciação média anual é de 3,51% para o ano de 2017 (3,39% em 2016). As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
3,30%	3,85%	10,04%	4,61%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 16, a Companhia transferiu para o não circulante os saldos contábeis remanescentes das usinas da Cemig GT que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e em fevereiro de 2017 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente.

Os saldos contábeis remanescentes das usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, onde existe a discussão judicial sobre a renovação das usinas com o Governo Federal, e da usina de Volta Grande em que a Cemig GT demonstrou a intenção em manter a concessão, conforme descrito na nota explicativa nº 4, foram também transferidos para o não circulante na rubrica de ativos de concessões de geração.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(82.552)	(90.524)
Total em operação			134.509	126.537
Em curso				
Usina de Queimado	82,5	-	233	233
Total em construção			233	233

16. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado	30/06/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.651)	10.098	11.749	(1.315)	10.434
Concessão Onerosa	19.169	(10.912)	8.257	19.169	(10.572)	8.597
Ativos de Concessão	17.044.763	(7.294.049)	9.750.714	16.287.763	(7.039.840)	9.247.923
Outros	77.167	(62.070)	15.097	76.864	(59.434)	17.430
	17.152.848	(7.368.682)	9.784.166	16.395.545	(7.111.161)	9.284.384
Em Curso	1.154.828	-	1.154.828	1.535.296	-	1.535.296
Intangível Líquido	18.307.676	(7.368.682)	10.938.994	17.930.841	(7.111.161)	10.819.680

Controladora	Taxa Média de Amortização	30/06/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.698)	91	3.789	(3.649)	140
Marcas e Patentes	10%	9	(7)	2	9	(7)	2
		3.798	(3.705)	93	3.798	(3.656)	142
Em Curso		1.710	-	1.710	1.710	-	1.710
Intangível Líquido		5.508	(3.705)	1.803	5.508	(3.656)	1.852

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixa de Obrigações Especiais	Usinas Jaguará, Volta Grande e Miranda	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2017
Em Serviço								
Com Vida Útil Definida								
Servidão	10.434	-	-	-	-	(336)	-	10.098
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(340)	-	8.257
Ativos de Concessão	9.247.923	-	17.069	-	(2.423)	(299.633)	787.778	9.750.714
Outros	17.430	-	-	(80)	-	(2.990)	737	15.097
	9.284.384		17.069	(80)	(2.423)	(303.299)	788.515	9.784.166
Em Curso	1.535.296	448.132	-	-	(5.296)	-	(823.304)	1.154.828
Intangível Líquido - Consolidado	10.819.680	448.132	17.069	(80)	(7.719)	(303.299)	(34.789)	10.938.994

Consolidado	Saldo em 31/12/2015	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2016
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	10.434	-	-	-	-	10.434
Concessão Onerosa	9.275	-	-	(339)	-	8.936
Ativos de Concessão	8.965.474	-	(10.577)	(278.076)	304.104	8.980.925
Outros	15.290	-	(6.224)	(2.107)	3.337	10.296
	9.000.473	-	(16.801)	(280.522)	307.441	9.010.591
Em Curso	1.274.631	549.111	(4.079)	-	(343.193)	1.476.470
Intangível Líquido - Consolidado	10.275.104	549.111	(20.880)	(280.522)	(35.752)	10.487.061

A taxa de amortização média anual é de 3,81% para o ano de 2017 (4,12% em 2016). As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
20,00%	19,35%	3,85%	23,29%	11,56%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$448.132 está contemplado R\$40.399 (R\$82.395 no primeiro semestre de 2016) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 19.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo - CCEE	369.219	167.860
Encargos de uso da rede elétrica	85.280	78.407
Energia elétrica comprada para revenda	768.505	676.563
Itaipu binacional	219.658	206.827
Gás comprado para revenda	192.432	461.589
Materiais e serviços	280.839	348.347
	1.915.933	1.939.593

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS	443.914	501.535	1	-
COFINS	69.395	128.030	131	32.332
PASEP	14.909	27.701	21	6.987
INSS	19.955	24.865	1.852	1.933
Outros	22.223	111.456	808	42.382
	570.396	793.587	2.813	83.634
Não Circulante				
COFINS	593.264	594.866	-	-
PASEP	128.800	129.056	-	-
	722.064	723.922	-	-
	1.292.460	1.517.509	2.813	83.634

As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia e suas controladas aguardam a divulgação do Acórdão e os efeitos advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Circulante		
Imposto de Renda	69.770	18.381
Contribuição Social	26.791	8.485
	96.561	26.866

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2017			31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.433	21.061	22.494	23.049
KfW	2018	1,78	EURO	3.974	2.182	6.156	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				5.407	23.243	28.650	30.465
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	-	-	-	72.242
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	149.985	-	149.985	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	281.596	269.999	551.595	554.748
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	-	-	-	50.308
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	172.204	328.456	500.660	501.352
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.660	146.704	437.364	583.043
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.036	63.167	71.203	74.095
Caixa Econômica Federal	2018	119,00% do CDI	R\$	58.520	-	58.520	108.792
Caixa Econômica Federal	2020	132,14% do CDI	R\$	203.895	479.680	683.575	681.417
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	16.487	40.735	57.222	68.043
Grandes Consumidores	2024	Diversas	R\$	5.149	3.137	8.286	6.317
FINEP	2018	TJLP+5 e TJLP+2,5	R\$	3.148	784	3.932	5.505
Consórcio Pipoca	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	723.409	-	723.409	667.143
BASA	2018	CDI + 1,90	R\$	10.238	119.776	130.014	121.601
SONDA (4)	2021	110% do CDI	R\$	48.945	39.926	88.871	83.238
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(46.758)	-	(46.758)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.925.699	1.492.364	3.418.063	3.728.712
Total de Empréstimos e Financiamento				1.931.106	1.515.607	3.446.713	3.759.177
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	147.737	141.715	289.452	293.122
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	20.818	949.428	970.246	983.506
Debêntures 1ª Série 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	803.578	700.000	1.503.578	1.411.295
Debêntures 1ª Série 6ª Emissão (2)	2018	CDI + 1,60	R\$	620.219	486.152	1.106.371	1.037.973
Debêntures 2ª Série 6ª Emissão (2)	2020	IPCA + 8,07	R\$	2.322	30.606	32.928	31.117
Debêntures 1ª Série 7ª Emissão (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	(2.179)	2.207.861	2.205.682	2.196.841
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	248.521	-	248.521	235.136
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	24.178	1.461.841	1.486.019	1.495.108
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	15.706	871.961	887.667	894.918
Debêntures 1ª Série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	428.085	-	428.085	463.880
Debêntures 4ª Emissão (3)	2018	CDI + 4,05	R\$	930.411	800.592	1.731.003	1.597.690
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	454	100.000	100.454	100.629
Debêntures (5)	2018	CDI + 0,74	R\$	33.354	-	33.354	66.706
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82 (25%)	R\$	23.757	137.617	161.374	133.502
Debêntures (4)	2019	128,50% do CDI	R\$	1.943	24.408	26.351	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (6)				(37.317)	(13.831)	(51.148)	(64.528)
Total de Debêntures				3.261.587	7.898.350	11.159.937	11.420.103
Total Geral Consolidado				5.192.693	9.413.957	14.606.650	15.179.280

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e Bônus com Desconto com saldo de R\$149.064, deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de R\$126.570. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

(6) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/06/2017
Nota Promissória, Aval e Fiança	10.873.354
Recebíveis	1.361.769
Ações	1.855.682
Sem Garantia	515.845
TOTAL	14.606.650

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.433	-	-	-	-	-	-	21.061	22.494
Euro	1.987	4.169	-	-	-	-	-	-	6.156
Total por Moedas	3.420	4.169	-	-	-	-	-	21.061	28.650
Indexadores									
IPCA (1)	317.792	141.437	639.251	810.892	810.449	540.907	218.064	436.226	3.915.018
UFIR/RGR (2)	7.693	16.357	12.912	11.210	3.407	3.264	2.379	-	57.222
CDI (3)	3.783.131	3.703.392	1.165.233	951.657	757.552	-	-	-	10.360.965
URTJ/TJLP (4)	14.154	40.787	38.435	38.629	38.187	38.316	7.814	20.187	236.509
IGP-DI (5)	1.200	533	457	457	605	295	295	295	4.137
TR (6)	3.645	-	-	-	-	-	403	101	4.149
Total por Indexadores	4.127.615	3.902.506	1.856.288	1.812.845	1.610.200	582.782	228.955	456.809	14.578.000
Total Geral	4.131.035	3.906.675	1.856.288	1.812.845	1.610.200	582.782	228.955	477.870	14.606.650

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2017	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2016	Indexador	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2017	Varição % Acumulada no 1º semestre de 2016
Dólar Norte-Americano	1,51	(17,80)	IPCA	1,18	4,42
Euro	9,79	(16,68)	CDI	5,61	6,72

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.311.965
Custos de Captação	(60.367)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	2.251.598
Variação monetária e cambial	168.729
Encargos financeiros provisionados	990.196
Encargos financeiros pagos	(1.084.559)
Amortização de financiamentos	(2.044.738)
Saldo em 30 de junho de 2016	15.447.763
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.179.280
Empréstimos e Financiamentos obtidos	60.870
Custos de Captação	(761)
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	60.109
Variação monetária e cambial	69.094
Encargos financeiros provisionados	898.076
Encargos financeiros pagos	(711.474)
Amortização de financiamentos	(855.057)
Subtotal	14.640.028
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas	(33.378)
Saldo em 30 de junho de 2017	14.606.650

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	898.076	990.196
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(40.399)	(82.395)
Efeito Líquido no Resultado	857.677	907.801

Os valores dos encargos capitalizados no montante de R\$40.399 (R\$82.395 em 2016) foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 7,63% em 30 de junho de 2017 e 8,38% no mesmo período de 2016.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o primeiro semestre de 2017 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Data de Assinatura	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor (*)
Moeda Nacional				
Debêntures (1)	04/11/2013	2022	CDI + 0,74	33.870
Debêntures (2)	22/04/2017	2019	128,50% do CDI	26.239
Total de Captações				60.109

*Líquido do custo de captação.

- (1) Subscrição de Debêntures pelo BNDESPAR da a 4ª Emissão da Gasmig em junho de 2017 com finalidade de dar apoio ao plano de investimentos em expansão da rede de distribuição de gás.
- (2) A Cemig Telecom concluiu a sua 2ª Emissão de Debêntures simples em maio de 2017, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, com finalidade de rolagem de dívida e reforço de caixa.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	30/06/2017	31/12/2016
Cemig GT - 1ª série - 3ª Emissão	Quirografia	CDI + 0,90	2017	-	543.208
Cemig GT - 3ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,20	2022	970.246	983.506
Cemig GT - 2ª série - 3ª Emissão	Quirografia	IPCA + 6,00	2019	289.452	293.122
Cemig GT - 5ª Emissão	Quirografia	CDI+1,70	2018	1.503.578	1.411.295
Cemig GT - 1ª série 6ª Emissão	Fiança	CDI + 1,6	2018	1.106.371	1.037.973
Cemig GT - 2ª série 6ª Emissão	Fiança	IPCA + 8,07	2020	32.928	31.117
Cemig GT - 1ª série - 7ª Emissão	Recebíveis(Receita)	140,0% do CDI	2021	2.205.682	2.196.841
Cemig D - 1ª série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	428.085	463.880
Cemig D - 2ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.486.019	1.495.108
Cemig D - 3ª série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	887.667	894.918
Cemig D - 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	248.521	235.136
Cemig D - 4ª Emissão	Fiança	CDI + 4,05	2018	1.731.003	1.597.690
Gasmig	Quirografia	CDI + 1,60	2018	100.454	100.629
Gasmig	Quirografia	CDI + 0,74	2018	33.354	66.706
Gasmig	Quirografia	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	161.374	133.502
Cemig Telecom	Recebíveis	128,50% do CDI	2019	26.351	-
Subtotal				11.211.085	11.484.631
(-)FIC Pampulha-Títulos de empresas controladas				(51.148)	(64.528)
TOTAL				11.159.937	11.420.103

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento BNDES – Cemig GT (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil – Cemig GT (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral
7ª emissão de debêntures - Cemig GT (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017
Debêntures Gasmig (4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total) EBITDA/Serviço da Dívida	Menor que 0,6 Igual ou maior que 1,30	-	Anual

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões;
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).

Em 30 de junho de 2017, a cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento trimestral e semestral, referente a índice financeiro da Cemig Consolidado, foi atendida. As demais cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativo		
Créditos junto à Eletrobras (1)	5.392	48.379
	5.392	48.379
Passivo		
Reserva Global de Reversão - RGR	33.875	34.659
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	177.887	189.330
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.833	2.877
Eficiência Energética	323.738	287.571
Pesquisa e Desenvolvimento	258.347	233.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.767	2.724
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.241	5.146
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.779	7.720
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	11.171	23.404
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	30.996
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	16	17.224
	850.650	835.211
Ativo Circulante	5.392	48.379
Passivo Circulante	334.567	380.586
Passivo Não Circulante	516.083	454.625

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar.

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
Despesa Reconhecida no Resultado	13.878	5.069	138	1.887	20.972
Contribuições Pagas	(3.080)	(2.728)	(68)	(464)	(6.340)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	209.981	76.375	2.028	29.439	317.823
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	257.933	95.655	2.452	41.424	397.464
Despesa Reconhecida no Resultado	13.558	5.219	138	2.327	21.242
Contribuições Pagas	(3.846)	(3.256)	(80)	(199)	(7.381)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	267.645	97.618	2.510	43.552	411.325
				30/06/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				13.083	11.143
Passivo Não Circulante				398.242	386.321

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
Despesa Reconhecida no Resultado	92.858	91.204	2.074	37.440	223.576
Contribuições Pagas	(62.625)	(45.164)	(1.123)	(8.759)	(117.671)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2016	1.376.621	1.369.556	31.041	582.058	3.359.276
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	1.679.154	1.710.787	37.549	813.921	4.241.411
Despesa Reconhecida no Resultado	86.979	94.632	2.086	44.315	228.012
Contribuições Pagas	(78.138)	(50.633)	(1.206)	(3.615)	(133.592)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2017	1.687.995	1.754.786	38.429	854.621	4.335.831
				30/06/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				233.342	198.867
Passivo Não Circulante				4.102.489	4.042.544

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado do Consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$192.028 (R\$159.277 no primeiro semestre de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$35.984 (R\$64.299 no primeiro semestre de 2016).

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de junho de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$287.136, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	349.273	181.199	(3.474)	(33.829)	493.169
Cíveis					
Relações de Consumo	14.741	8.038	(2.758)	(7.645)	12.376
Outras ações cíveis	40.443	4.178	(61)	(999)	43.561
	55.184	12.216	(2.819)	(8.644)	55.937
Tributárias	69.922	1.272	(4.436)	(437)	66.321
Ambientais	39	3	-	-	42
Regulatórias	43.100	2.619	(13.454)	(591)	31.674
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	58.054	6.633	-	(2.132)	62.555
Total	815.017	203.942	(24.183)	(45.633)	949.143

	Consolidado				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	289.841	43.232	(4.435)	(20.493)	308.145
Cíveis					
Relações de Consumo	17.378	7.922	(616)	(6.033)	18.651
Outras ações cíveis	28.792	10.593	(76)	(2.535)	36.774
	46.170	18.515	(692)	(8.568)	55.425
Tributárias	69.014	4.478	(1.295)	(762)	71.435
Ambientais	60	-	(57)	-	3
Regulatórias	45.180	14.020	(1.068)	(1.905)	56.227
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	35.355	28.462	(2.477)	(6.680)	54.660
Total	754.573	108.707	(39.526)	(38.408)	785.346

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2017
Trabalhistas	34.928	15.037	(3.016)	(4.906)	42.043
Cíveis					-
Relações de Consumo	1.435	422	(999)	(8)	850
Outras ações cíveis	3.238	527	(61)	(2)	3.702
	4.673	949	(1.060)	(10)	4.552
Tributárias	8.869	209	(2.817)	(125)	6.136
Regulatórias	21.614	-	(2.079)	-	19.535
Societárias	239.445	-	-	-	239.445
Outras	466	457	-	(34)	889
Total	309.995	16.652	(8.972)	(5.075)	312.600

	Controladora				
	31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2016
Trabalhistas	29.169	10.286	-	(3.941)	35.514
Cíveis					
Relações de Consumo	3.294	3	(617)	-	2.680
Outras ações cíveis	1.289	2.162	(76)	(35)	3.340
	4.583	2.165	(693)	(35)	6.020
Tributárias	10.306	2.254	(1.157)	(682)	10.721
Regulatórias	21.696	-	(1.068)	-	20.628
Societárias	268.953	-	(29.502)	-	239.451
Outras	427	62	-	(24)	465
Total	335.134	14.767	(32.420)	(4.682)	312.799

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.522.108 (R\$1.543.946 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$493.169 foram provisionados (R\$349.273 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$36.386 (R\$33.178 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$12.376 (R\$14.741 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$233.761 (R\$227.043 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$43.561 (R\$40.443 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$343.244 (R\$295.373 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$66.322 foram provisionados (R\$69.922 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.433 (R\$34.031 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$42 foram provisionados (R\$39 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$225.569 (R\$235.886 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$31.674 (R\$43.100 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$239.445 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$185.188 (R\$179.359 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$62.556 foram provisionados (R\$58.054 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$262.243 (R\$255.127 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$302.639 (R\$290.216 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.474.687 (R\$1.509.940 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$302.639 (R\$317.032 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$559.177 (R\$535.465 em 31 de dezembro de 2016), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em

Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$206.285 (R\$197.911 em 31 de dezembro de 2016), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$269.193 (R\$279.914 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Receita Estadual de Minas Gerais instaurou diversos processos administrativos contra a Cemig D, onde se discute suposta divergência na classificação, para fins fiscais, de determinados consumidores ocorrida no período de 2011 a 2015. O montante desta contingência é de R\$86.926 (R\$82.130 em 31 de dezembro de 2016). A Controlada classificou a probabilidade de perda como possível por acreditar ter argumentos de mérito para defesa na esfera judicial, bem como pela ausência de precedentes jurisprudenciais.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.267.747 (R\$1.304.705 em 31 de dezembro de 2016), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$276.289 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Cemig GT classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$192.969 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação

ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Cemig GT concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$265.185 (R\$253.731 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$333.974 (R\$316.675 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da existência de previsão legal e contratual para a prática das tarifas discutidas, ocasionando a falta de sustentação jurídica do pleito e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos

ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$125.685 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$76.702 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$396.433 (R\$390.307 em 31 de dezembro de 2016) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$250.369 (R\$236.703 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Controladora é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$76.104 (R\$71.396 em 31 de dezembro de 2016). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Cemig D é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.052 (R\$25.650 em 31 de dezembro de 2016) e nenhuma provisão foi constituída. A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$179.036 (R\$175.839 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Lucro (prejuízo) por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	30/06/2017	30/06/2016	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	30/06/2017	30/06/2016	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Lucro (Prejuízo) Líquido (A)	480.578	207.166	137.982	202.047
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	0,38	0,16	0,11	0,16

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 14 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(169.719)	(169.719)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	684.482	685.339
Varição de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	141	38.273
Ajustes de Conversão de Balanço	397	398
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(1.048.192)	(1.042.663)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	87	87
	(363.085)	(318.566)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(532.804)	(488.285)

Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	30/06/2017	31/12/2016
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	1.924.503	1.924.503

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	30/06/2017	31/12/2016
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.812.944	2.812.943
Reserva de Incentivos Fiscais	59.025	56.834
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	5.202.047	5.199.855

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2016 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 30 de junho de 2017 é de R\$59.025. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

24. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	11.572.133	11.528.165
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	900.476	836.580
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(331.896)	(663.555)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	177.437	147.769
Receita de Construção de Transmissão (e)	7.025	31.634
Receita de Indenização de Transmissão (g)	269.855	592.469
Receita de Construção de Distribuição (e)	434.009	552.099
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	1.511	5.325
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f) (1)	150.476	148.694
Transações com energia na CCEE (h)	425.177	51.672
Fornecimento de Gás	821.145	697.492
Outras Receitas Operacionais (j)	717.632	706.852
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (k)	(5.127.021)	(5.424.064)
Receita Operacional Líquida	10.017.959	9.211.132

	Consolidado	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.800.520	5.613.352
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	437.427	427.495
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	(29.294)	(531.351)
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	84.937	74.724
Receita de Construção de Transmissão (e)	4.105	24.946
Receita de Indenização de Transmissão (g)	204.025	561.226
Receita de Construção de Distribuição (e)	236.370	323.766
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (i)	284	3.479
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga (f) (1)	70.970	67.928
Transações com energia na CCEE (h)	198.529	49.042
Fornecimento de Gás	410.604	318.841
Outras Receitas Operacionais (j)	369.763	345.608
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (k)	(2.583.211)	(2.521.430)
Receita Operacional Líquida	5.205.029	4.757.626

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Residencial	5.033.072	5.016.742	3.919.020	3.959.674
Industrial	8.704.150	9.509.867	2.423.508	2.663.146
Comércio, Serviços e Outros	3.804.836	3.384.948	2.236.494	2.284.760
Rural	1.752.185	1.683.739	779.383	678.786
Poder Público	436.654	451.683	269.345	276.061
Iluminação Pública	675.900	673.420	264.456	266.756
Serviço Público	639.342	612.103	286.753	268.675
Subtotal	21.046.139	21.332.502	10.178.959	10.397.858
Consumo Próprio	18.050	19.086	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(34.436)	(118.569)
	21.064.189	21.351.588	10.144.523	10.279.289
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	5.740.378	5.806.389	888.097	1.207.084
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	539.513	41.792
Total	26.804.567	27.157.977	11.572.133	11.528.165

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Residencial	2.496.022	2.526.223	1.927.607	1.936.040
Industrial	4.450.891	4.671.891	1.241.737	1.316.086
Comércio, Serviços e Outros	1.892.746	1.697.134	1.096.355	1.121.528
Rural	953.709	959.912	411.069	356.233
Poder Público	226.041	236.278	138.206	141.615
Iluminação Pública	341.420	344.358	134.604	128.891
Serviço Público	324.405	319.218	142.495	131.728
Subtotal	10.685.234	10.755.014	5.092.073	5.132.121
Consumo Próprio	8.788	9.634	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(70.182)	(159.590)
	10.694.022	10.764.648	5.021.891	4.972.531
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.846.261	3.109.757	430.303	655.322
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	348.326	(14.501)
Total	13.540.283	13.874.405	5.800.520	5.613.352

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário. Mais informações na Nota Explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos das controladas no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

g) Receita de Indenização da Transmissão

No primeiro semestre de 2017 a Cemig GT reconheceu receita no valor de R\$269.855 correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

h) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

i) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita de Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Serviço Taxado	4.599	2.940
Serviço de Telecomunicações	72.822	58.298
Prestações de Serviços	75.532	81.022
Subvenções (*)	503.020	510.577
Aluguel e Arrendamento	58.338	48.841
Outras	3.321	5.174
	717.632	706.852

	Consolidado	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Serviço Taxado	2.543	1.515
Serviço de Telecomunicações	36.580	29.187
Prestações de Serviços	40.248	42.236
Subvenções (*)	260.338	245.074
Aluguel e Arrendamento	29.402	24.217
Outras	652	3.379
	369.763	345.608

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.651.348	2.614.288
COFINS	1.069.593	1.012.785
PIS-PASEP	232.205	219.886
Outros	3.827	3.444
	3.956.973	3.850.403
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	(50)	15.613
Programa de Eficiência Energética – PEE	25.690	33.894
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	859.370	1.025.429
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	18.987	24.696
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	18.987	24.696
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	9.494	12.348
Encargos do Consumidor - PROINFA	19.577	20.022
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	16.636	17.682
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	44.922	56.062
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	156.435	343.219
	1.170.048	1.573.661
	5.127.021	5.424.064

	Consolidado	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.320.102	1.284.853
COFINS	540.306	479.826
PIS-PASEP	117.298	104.170
Outros	1.927	1.775
	1.979.633	1.870.624
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR (recuperação de despesas)	-9.917	7.067
Programa de Eficiência Energética – PEE	12.903	23.591
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	415.749	465.804
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.534	14.920
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	8.534	14.920
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.267	7.460
Encargos do Consumidor - PROINFA	9.914	10.180
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	8.326	8.915
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	18.091	27.995
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	127.177	69.954
	603.578	650.806
	2.583.211	2.521.430

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal (a)	917.162	843.215	21.066	17.157
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	24.891	6.200	962	(4.234)
Obrigações Pós-Emprego	192.028	159.277	19.472	17.808
Materiais	27.063	23.878	66	45
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	45	27	-	-
Serviços de Terceiros (b)	446.764	400.783	3.602	3.829
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.742.418	3.956.110	-	-
Depreciação e Amortização	410.800	398.717	236	260
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	369.918	733.612	15.311	446.201
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	404.261	525.912	-	-
Gás Comprado para Revenda	485.163	427.009	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	441.034	583.733	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	187.454	240.092	7.919	9.963
	8.649.001	8.298.565	68.634	491.029

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Pessoal (a)	535.954	429.808	4.390	7.075
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	6.007	6.200	470	(4.234)
Obrigações Pós-Emprego	97.390	84.091	9.804	9.166
Materiais	15.823	12.898	50	25
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	6	9	-	-
Serviços de Terceiros (b)	238.140	192.779	885	2.009
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.649.330	2.024.749	-	-
Depreciação e Amortização	209.435	199.684	101	130
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	161.386	481.842	(1.157)	360.667
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	197.764	267.206	-	-
Gás Comprado para Revenda	262.651	189.146	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	240.475	348.712	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	90.938	112.006	4.719	5.406
	4.705.299	4.349.130	19.262	380.244

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de junho de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao prêmio de desligamento relativo ao PDVP 2017, incluindo todos os custos rescisórios, foi de R\$165.422, correspondente à adesão de 891 empregados até a data mencionada.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	71.151	67.520	-	-
Comunicação	34.089	26.449	113	186
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	126.852	123.491	21	48
Conservação e Limpeza de Prédios	50.102	47.570	425	346
Mão de Obra Contratada	5.106	6.209	-	-
Fretes e Passagens	3.368	2.789	939	831
Hospedagem e Alimentação	6.437	5.587	100	94
Vigilância	10.936	12.483	-	-
Consultoria	7.800	6.957	704	229
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	1.616	1.523	-	-
Tecnologia da Informação	24.152	14.285	628	340
Manutenção e Conservação de Veículos	924	947	-	46
Corte e Religação	12.332	1.765	-	-
Meio Ambiente	8.210	8.343	-	-
Serviços Advocatícios	8.801	9.071	440	583
Custas Processuais	1.230	1.885	35	26
Poda de Árvores	8.967	5.390	-	-
Limpeza de Faixa	4.050	4.020	-	-
Reprografia e Publicações Legais	9.851	7.560	59	106
Inspeção de Unidades Consumidoras	57	468	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	66	1.815	-	-
Outras Despesas	50.667	44.656	138	1.040
	446.764	400.783	3.602	3.829

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	37.775	31.710	-	-
Comunicação	19.243	11.868	51	97
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	62.819	57.628	2	32
Conservação e Limpeza de Prédios	27.600	24.474	258	178
Mão de Obra Contratada	2.720	3.944	-	-
Fretes e Passagens	2.073	1.758	557	495
Hospedagem e Alimentação	3.439	3.414	59	62
Vigilância	5.623	6.406	-	-
Consultoria	4.806	2.928	554	87
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	834	811	-	-
Tecnologia da Informação	11.837	639	487	118
Manutenção e Conservação de Veículos	505	555	-	-
Corte e Religação	8.053	585	-	-
Meio Ambiente	3.421	5.071	-	-
Serviços Advocatícios	5.908	4.347	148	311
Custas Processuais	787	1.501	25	11
Poda de Árvores	5.310	3.412	-	-
Limpeza de Faixa	2.974	2.078	-	-
Reprografia e Publicações Legais	6.075	4.723	29	45
Inspeção de Unidades Consumidoras	(571)	199	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	(634)	879	-	-
Outras Despesas	27.543	23.849	(1.285)	573
	238.140	192.779	885	2.009

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Energia de Itaipu Binacional	616.817	607.291
Contratos por Cotas de Garantia Física	224.452	251.160
Cotas das Usinas de Angra I e II	121.888	108.453
Energia de curto prazo	771.921	290.924
PROINFA	150.644	162.730
Contratos Bilaterais	148.391	142.091
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.377.210	1.212.275
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.786.560	1.573.891
Créditos de PASEP-COFINS	(455.465)	(392.705)
	4.742.418	3.956.110

	Consolidado	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Energia de Itaipu Binacional	322.771	290.716
Contratos por Cotas de Garantia Física	115.298	120.581
Cotas das Usinas de Angra I e II	60.944	54.226
Energia de curto prazo	614.518	192.600
PROINFA	75.322	81.365
Contratos Bilaterais	76.478	73.229
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	634.978	553.236
Energia adquirida no Ambiente Livre	998.450	858.042
Créditos de PASEP-COFINS	(249.429)	(199.246)
	2.649.330	2.024.749

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	140.885	174.566	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	177.725	38.797	12.021	10.286
Cíveis	9.397	17.823	(111)	1.472
Tributárias	(3.164)	3.183	(2.608)	1.097
Ambientais	3	(57)	-	-
Regulatórias	(10.835)	12.952	(2.079)	(1.068)
Outras	6.633	25.985	457	62
	179.759	98.683	7.680	11.849
	320.644	273.249	7.680	11.849
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (Nota 14)	41	-	-	-
Opção de venda Parati (Nota 14)	7.631	434.352	7.631	434.352
Opção de venda SAAG (Nota 14)	41.602	26.011	-	-
	49.274	460.363	7.631	434.352
	369.918	733.612	15.311	446.201

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	74.690	98.303	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	114.419	(10.931)	12.574	1.034
Cíveis	1.952	9.903	(273)	2.667
Tributárias	(4.758)	2.864	(3.212)	2.203
Ambientais	2	-	-	-
Regulatórias	(11.913)	(8.162)	(2.648)	(331)
Outras	307	18.292	422	41
	100.009	11.966	6.863	5.614
	174.699	110.269	6.863	5.614
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda Sonda (Nota 14)	41	-	-	-
Opção de venda Parati (Nota 14)	(8.020)	355.053	(8.020)	355.053
Opção de venda SAAG (Nota 14)	(5.334)	16.520	-	-
	(13.313)	371.573	(8.020)	355.053
	161.386	481.842	(1.157)	360.667

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal e Administradores	24.154	32.496
Materiais	183.160	264.113
Serviços de Terceiros	191.183	201.752
Outros	42.537	85.372
	441.034	583.733

	Consolidado	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Pessoal e Administradores	13.908	17.895
Materiais	103.530	163.144
Serviços de Terceiros	103.386	122.324
Outros	19.651	45.349
	240.475	348.712

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Arrendamentos e Aluguéis	44.907	47.528	1.474	309
Propaganda e Publicidade	8.314	3.090	176	118
Consumo Próprio de Energia Elétrica	10.813	11.517	-	-
Subvenções e Doações	6.524	9.078	-	-
Concessão Onerosa	1.529	1.420	-	-
Seguros	4.429	4.919	1.307	1.950
Anuidade CCEE	4.045	3.952	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	5.338	42.314	-	2
FORLUZ – Custeio Administrativo	13.033	12.481	645	617
Agentes Arrecadadores	35.287	35.548	-	-
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	20.860	25.025	-	-
Impostos e Taxas	5.386	5.729	543	249
Outras Despesas	26.989	37.491	3.773	6.717
	187.454	240.092	7.919	9.963

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
Arrendamentos e Aluguéis	20.919	24.017	879	152
Propaganda e Publicidade	7.482	1.289	176	118
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.303	5.716	-	-
Subvenções e Doações	2.991	4.856	-	-
Concessão Onerosa	777	786	-	-
Seguros	1.905	2.189	456	904
Anuidade CCEE	2.017	1.949	1	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.778	30.272	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	6.562	6.470	325	319
Agentes Arrecadadores	17.835	17.673	-	-
Multa por Violação de Padrão Indicador de Continuidade	6.306	7.439	-	-
Impostos e Taxas	1.617	1.864	20	88
Outras Despesas	14.446	7.486	2.862	3.825
	90.938	112.006	4.719	5.406

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia e suas controladas.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	125.493	135.477	28.709	15.413
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	137.923	142.333	-	-
Variações Cambiais	17.589	43.967	-	1
Variação Monetária	13.993	27.893	1.568	6.983
Variação Monetária - CVA	-	187.564	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	23.147	39.267	952	23.175
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(22.322)	(39.157)	(4.056)	(7.447)
Ajuste ao Valor Presente	-	721	-	-
Outras	53.078	65.870	5.845	33.330
	348.901	603.935	33.018	71.455
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(857.677)	(907.801)	-	-
Variações Cambiais	(18.596)	(17.179)	(9)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(68.973)	(185.407)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	742	(2.755)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(35.984)	(64.299)	(1.770)	(3.164)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(13.844)	-	-
Variação Monetária - CVA	(28.080)	-	-	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(24.680)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(1.606)	-	-	-
Outras	(48.347)	(42.562)	(182)	(40)
	(1.083.201)	(1.233.847)	(1.961)	(3.204)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(734.300)	(629.912)	31.057	68.251

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16	Abr a Jun/17	Abr a Jun/16
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	60.663	76.671	12.944	8.505
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	65.059	68.625	-	-
Variações Cambiais	9.202	29.182	-	-
Variação Monetária	5.595	11.754	540	3.342
Variação Monetária - CVA	-	167.832	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	13.211	7.778	(3.280)	4.030
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(11.210)	(26.918)	(2.906)	(5.972)
Ajuste ao Valor Presente	-	8.095	-	7.718
Outras	26.490	43.900	2.140	31.301
	169.010	386.919	9.438	48.924
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(396.256)	(479.323)	-	-
Variações Cambiais	(18.596)	(53)	(9)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(25.566)	(69.172)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	1.122	(1.327)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(16.616)	(26.817)	(817)	(1.320)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	3.972	-	-
Variação Monetária - CVA	(21.911)	-	-	-
Variação Monetária – Venda Antecipada de Energia	(12.119)	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	(1.606)	-	-	-
Outras	(19.016)	(29.707)	(8)	(25)
	(510.564)	(602.427)	(834)	(1.345)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(341.554)	(215.508)	8.604	47.579

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	97.780	71.340	-	-	69.390	76.735	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	6.838	7.037	247	-	(65.133)	(70.261)
Prestação de Serviços (3)	1.636	3.706	-	-	5.570	5.184	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	21.876	-	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	814	710	-	-	(3.457)	(3.341)
Prestação de Serviço (3)	274	398	-	-	431	466	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	19.429	17.636	10.513	-	(299.092)	(277.799)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	3.595	3.755	2.926	193	(55.813)	(4.739)
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(10.463)	(10.076)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	642	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.188	1.228	-	-	(7.172)	(8.694)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	813	-	501	440	-	-	(2.910)	(2.210)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	2.146	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (4)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Prestação de Serviço (3)	568	241	-	-	332	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.705	-	-	-	(102.750)	(73.749)
Contas a Receber (5)	40.730	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber (5)	39.276	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	249.256	229.053	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.016	2.751	-	-	(13.097)	(11.971)
Central Eólica Praias Parajuru								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	406	-	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	1.794	464	482	472	24.291	36.121	(862)	(416)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	6.852	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	11.555	10.326	-	-	(58.757)	(47.213)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	958	878	-	-	(4.890)	(4.080)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	678	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviço (3)	90	301	-	-	634	497	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Axiom								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	144	-	-	-	-	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.346	-	-	-	-	-	-	-
Trasudeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	213	213	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	262	243	90	90	(1.162)	(1.027)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.559	294	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviço (3)	119	178	-	-	543	492	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	406.380	621.203	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	825.270	833.849	-	-	38.169	67.013	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (8)	(84.075)	(49.479)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	28.339	46.092	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (8)	(13.831)	(15.049)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	120.684	86.156	-	-	(86.978)	(92.858)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(13.033)	(12.481)
Arrendamento Operacional (11)	-	-	9.829	9.630	-	-	(24.295)	(9.265)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	1.567.311	1.592.998	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	105.320	101.756	-	-	(96.718)	(93.278)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	1.687.895	1.646.580	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 14);
- A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- Em 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$212.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 21) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 7, 17 e 24.

Dividendos a receber de controladas

Parte relacionada	30/06/2017 (*)
Cemig GT	605.000
Gasmig	156.638
Outras	6.330
	767.968

(*) Dividendos a receber de controladas, eliminados na consolidação.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2017	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.440.273	2042
Light (1)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.993.981	2034
Santo Antônio Energia (SAESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	764.033	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	8.633	2023
				5.890.535	

(1) Relacionado à execução de garantias do financiamento Norte Energia

Em 30 de junho de 2017, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de junho de 2017.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2017				
				Cemig 1,26%	Cemig GT 4,54%	Cemig D 26,12%	Demais controladas 34,88% (1)	Total 66,79%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	127	459	2.640	3.526	6.752
				127	459	2.640	3.526	6.752

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016				
				Cemig 10,12%	Cemig GT 20,86%	Cemig D 24,94%	Demais controladas 22,39% (1)	Total 78,31%
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	579	1.194	1.427	1.282	4.482
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.024	2.110	2.522	2.265	7.921
				1.603	3.304	3.949	3.547	12.403

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a junho de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	15.435	11.579
Participação nos Resultados (Reversão)	158	(799)
Benefícios Assistenciais	780	747
Total	16.373	11.527

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda, Reembolso Subsídios Tarifários e Outros Créditos com a Eletrobrás, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$88.491 em 30 de junho de 2017 e R\$49.888 em 31 de dezembro de 2016, incluído na Nota Explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$88.431 em 30 de junho de 2017 e R\$49.738 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do FIP Melbourne e FIP Malbec (“PUT SAAG”), as opções de venda de ações da RME e LEPSA (“PUT Parati”) e as opções da Sonda foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). Ambas as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado, no caso da PUT SAAG até o terceiro trimestre e da PUT Parati até o primeiro trimestre de 2016, até as respectivas alterações, no quarto e segundo trimestres, respectivamente, para o modelo BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$14.606.650 (R\$15.179.280 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$14.509.384 (R\$14.711.130 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2, utilizando como referência passivos similares.

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2017		31/12/2016	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	6.800	22.494	7.072	23.049
Fornecedores (Itaipu Binacional)	66.956	219.658	62.320	206.827
	73.756	242.152	69.392	229.876
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 19)	1.631	6.156	2.157	7.416
Passivo Líquido Exposto		248.308		237.292

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2018 será uma valorização de 3,44% para o dólar (R\$3,422) e uma desvalorização de 2,04% para o Euro (R\$3,697). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2017	Cenário Dólar R\$3,422 Euro R\$3,697	Cenário Depreciação Cambial 25,00% Dólar R\$4,278 Euro R\$4,621	Cenário Depreciação Cambial 50,00% Dólar R\$5,133 Euro R\$5,546
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	22.494	23.269	29.090	34.904
Fornecedores (Itaipu Binacional)	219.658	227.228	284.068	340.842
	242.152	250.497	313.158	375.746
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	6.156	6.030	7.537	9.046
Passivo Líquido Exposto	248.308	256.527	320.695	384.792
Efeito Líquido da Variação Cambial		8.219	72.387	136.484

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$60.985 (R\$60.066 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 5)	902.140	893.713
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	1.115.714	1.045.228
Contas a Receber – Renova (nota 27)	80.005	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 27)	249.256	229.053
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 13)	480.036	482.281
Fundos Vinculados	388.284	367.474
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC* (nota 13)	34.806	397.725
Créditos junto à Eletrobrás	33.053	138.444
	3.283.294	3.628.548
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 19)	(10.360.965)	(10.928.261)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(236.509)	(213.102)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(263.440)	(181.200)
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 13)	(947.535)	(804.975)
	(11.808.449)	(12.127.538)
Passivo Líquido Exposto	(8.525.155)	(8.498.990)

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 8,50% e 6,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de

sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 8,50% TJLP 6,00%	Cenário SELIC 10,63% TJLP 7,50%	Cenário SELIC 12,75% TJLP 9,00%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 5)	902.140	978.822	998.037	1.017.163
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	1.115.714	1.210.550	1.234.314	1.257.968
Contas a Receber – Renova (nota 27)	80.005	86.805	94.184	102.190
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (nota 27)	249.256	270.443	293.430	318.372
Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão (nota 13)	480.036	520.839	531.064	541.241
Fundos Vinculados	388.284	421.288	429.559	437.790
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	34.806	37.765	38.506	39.244
Outros Créditos com a Eletrobrás	33.053	35.863	36.567	37.267
	<u>3.283.294</u>	<u>3.562.375</u>	<u>3.655.661</u>	<u>3.751.235</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(10.360.965)	(11.241.647)	(11.462.336)	(11.681.988)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 19)	(236.509)	(250.700)	(254.247)	(257.795)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(263.440)	(285.832)	(291.444)	(297.029)
CVA e Outros Componentes Financeiros (nota 13)	(947.535)	(1.028.075)	(1.048.258)	(1.068.346)
	<u>(11.808.449)</u>	<u>(12.806.254)</u>	<u>(13.056.285)</u>	<u>(13.305.158)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(8.525.155)	(9.243.879)	(9.400.624)	(9.553.923)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(718.724)	(875.469)	(1.028.768)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, em 30 de junho de 2017, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2017	31/12/2016
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 13)	129.563	128.071
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 13)	2.075.085	1.805.230
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 12)	2.293.014	2.253.765
	<u>4.497.662</u>	<u>4.187.066</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.915.018)	(3.933.092)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) – IPCA	(757.375)	(787.003)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(287.135)	-
	<u>(4.959.528)</u>	<u>(4.720.095)</u>
Passivo Líquido Exposto	(461.866)	(533.029)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2018, a taxa IPCA será de 4,79%. A Companhia

fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2017	30 de junho de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,79%	Cenário IPCA 5,98%	Cenário IPCA 7,18%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Distribuição – IPCA (nota 13)	129.563	135.769	137.324	138.879
Ativos Financeiros da Concessão - Infraestrutura de Transmissão – IPCA (nota 13)	2.075.085	2.174.482	2.199.383	2.224.284
Bonificação de Outorga – IPCA (nota 13)	2.293.014	2.402.849	2.430.366	2.457.882
	4.497.662	4.713.100	4.767.073	4.821.045
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.915.018)	(4.102.547)	(4.149.528)	(4.196.508)
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) - IPCA	(757.375)	(793.653)	(802.742)	(811.830)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(287.135)	(300.889)	(304.334)	(307.780)
	(4.959.528)	(5.197.089)	(5.256.604)	(5.316.118)
Passivo Líquido Exposto	(461.866)	(483.989)	(489.531)	(495.073)
(Efeito Líquido da Variação do IPCA)		(22.123)	(27.665)	(33.207)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na Nota Explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia e suas controladas para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e suas controladas, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	671.777	1.505.690	3.852.106	10.436.765	1.390.808	17.857.146
Concessões a pagar	249	734	1.867	9.391	14.597	26.838
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.981	33.028	90.308	599.793	342.431	1.076.541
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 21)	122	370	1.011	6.717	20.077	28.297
	683.129	1.539.822	3.945.292	11.052.666	1.767.913	18.988.822
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.777.619	137.905	409	-	-	1.915.933
	2.460.748	1.677.727	3.945.701	11.052.666	1.767.913	20.904.755

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	540	1.625	4.443	29.510	16.848	52.966
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 21)	2.488	7.514	20.548	136.519	408.077	575.146
	3.028	9.139	24.991	166.029	424.925	628.112
- Pré-fixadas						
Fornecedores	21.530	-	-	-	-	21.530
	24.558	9.139	24.991	166.029	424.925	649.642

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa em 30 de junho de 2017, considerado como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$800.990.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia e suas controladas não realizam operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“*covenant*”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Vide Nota Explicativa nº 19.

Em 30 de junho de 2017, as cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento trimestral e semestral, referente a índices financeiros da Cemig e Cemig GT Consolidado, foram atendidas. As demais cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao patrimônio líquido é apresentada a seguir:

	30/06/2017	31/12/2016
Total do Passivo	28.545.212	29.101.482
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(946.103)	(995.132)
(-) Fundos Vinculados	(388.284)	(367.474)
Passivo Líquido	27.210.825	27.738.876
Total do Patrimônio Líquido	13.370.874	12.934.371
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,04	2,14

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial é feita a classificação dos ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30 de junho de 2017	Valor justo em 30 de junho de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	111.667	-	111.667	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	665.362	-	665.362	-
Letras Financeiras - Bancos	282.764	282.764	-	-
Debêntures	13.645	-	13.645	-
	1.073.438	282.764	790.674	-
Empréstimos e Recebíveis				
Ativos de Concessões de Geração (nota 4)	1.005.763	-	-	1.005.763
Bonificação de Outorga	2.293.014	-	2.293.014	-
Fundos Vinculados	388.284	-	388.284	-
	3.687.061	-	2.681.298	1.005.763
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	252.392	-	-	252.392
	5.012.891	282.764	3.471.972	1.258.155
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.545	-	-	4.545
RME e LEPSA	(1.157.512)	-	(1.157.512)	-
SAAG	(237.775)	-	-	(237.775)
	(1.390.742)	-	(1.157.512)	(233.230)
	3.622.149	282.764	2.314.460	1.024.925

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	32.782	-	32.782	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	192.995	192.995	-	-
Letras Financeiras - Bancos	724.274	-	724.274	-
Debêntures	45.289	-	45.289	-
	995.340	192.995	802.345	-
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga	2.253.765	-	2.253.765	-
Fundos Vinculados	367.474	-	367.474	-
	2.621.239	-	2.621.239	-
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	216.107	-	-	216.107
	3.832.686	192.995	3.423.584	216.107
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de Venda – Ativo (Passivo)				
Sonda	4.586	-	-	4.586
RME e LEPSA	(1.149.881)	-	(1.149.881)	-
SAAG	(196.173)	-	-	(196.173)
	(1.341.468)	-	(1.149.881)	(191.587)
	2.491.218	192.995	2.273.703	24.520

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 14.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, Parati e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 destas Informações Contábeis Intermediárias.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2017								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	20.025.471	2.739.099	16.525.323	350.555	2.098.567	2.720.320	(2.519.536)	41.939.799
ADICÕES AO SEGMENTO	196.558	-	421.112	21.368	26.689	-	-	665.727
ADICÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	156.280	-	-	-	-	-	156.280
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	8.030.138	-	-	-	-	18.252	-	8.048.390
RECEITA LÍQUIDA	3.305.994	449.145	5.619.766	57.721	663.318	54.778	(132.763)	10.017.959
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.721.290)	-	(3.054.465)	-	-	(9)	33.346	(4.742.418)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(168.552)	166	(314.264)	-	-	-	78.389	(404.261)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(485.163)	-	-	(485.163)
Total dos Custos Operacionais	(1.889.842)	166	(3.368.729)	-	(485.163)	(9)	111.735	(5.631.842)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(154.656)	(58.470)	(643.937)	(9.846)	(25.239)	(25.014)	-	(917.162)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(4.136)	(1.821)	(17.640)	(315)	-	(979)	-	(24.891)
Obrigações Pós-Emprego	(28.068)	(12.684)	(131.804)	-	-	(19.472)	-	(192.028)
Materiais	(4.749)	(1.323)	(20.053)	(66)	(888)	(84)	55	(27.108)
Serviços de Terceiros	(65.918)	(13.863)	(360.937)	(14.675)	(7.504)	(3.809)	19.942	(446.764)
Depreciação e Amortização	(102.917)	-	(263.051)	(17.008)	(27.571)	(253)	-	(410.800)
Provisões (Reversões) Operacionais	(57.000)	(4.426)	(293.044)	(137)	-	(15.311)	-	(369.918)
Custos de Construção	-	(7.025)	(421.112)	-	(12.897)	-	-	(441.034)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(44.069)	(3.773)	(139.118)	(11.505)	(4.026)	(29.483)	44.520	(187.454)
Total do Custo de Operação	(461.513)	(103.385)	(2.290.696)	(53.552)	(78.125)	(94.405)	64.517	(3.017.159)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.351.355)	(103.219)	(5.659.425)	(53.552)	(563.288)	(94.414)	176.252	(8.649.001)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	954.639	345.926	(39.659)	4.169	100.030	(39.636)	43.489	1.368.958
Resultado de Equivalência Patrimonial	182.054	-	-	(1.492)	-	-	(120.444)	60.118
Receitas Financeiras	89.161	3.605	205.427	921	12.832	36.955	-	348.901
Despesas Financeiras	(617.297)	(1.223)	(433.533)	(7.648)	(21.534)	(1.966)	-	(1.083.201)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	608.557	348.308	(267.765)	(4.050)	91.328	(4.647)	(76.955)	694.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	(154.767)	(106.991)	76.670	807	(28.586)	(1.061)	-	(213.928)
RESULTADO	453.790	241.317	(191.095)	(3.243)	62.742	(5.708)	(76.955)	480.848
Participação dos acionistas controladores	453.790	241.317	(191.095)	(3.243)	62.472	(5.708)	(76.955)	480.578
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	270	-	-	270
	453.790	241.317	(191.095)	(3.243)	62.742	(5.708)	(76.955)	480.848

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2016								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO (1)	14.414.449	4.267.418	18.165.610	337.745	2.737.182	2.388.972	(275.523)	42.035.853
ADIÇÕES AO SEGMENTO	657.298	-	533.039	18.461	19.060	-	-	1.227.858
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	1.440.630	31.634	-	-	-	-	-	1.472.264
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	5.291.892	1.669.849	1.754.342	17.741	-	19.264	-	8.753.088
RECEITA LÍQUIDA	2.670.416	761.129	5.189.580	48.950	569.887	61.613	(90.443)	9.211.132
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.474.709)	-	(2.495.624)	-	-	(3)	14.226	(3.956.110)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(149.463)	(161)	(436.904)	-	-	-	60.616	(525.912)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(427.009)	-	-	(427.009)
Total dos Custos Operacionais	(1.624.172)	(161)	(2.932.528)	-	(427.009)	(3)	74.842	(4.909.031)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(137.414)	(62.380)	(587.896)	(13.122)	(20.271)	(22.132)	-	(843.215)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(213)	(614)	(9.511)	-	-	4.138	-	(6.200)
Obrigações Pós-Emprego	(24.528)	(11.047)	(105.895)	-	-	(17.807)	-	(159.277)
Materiais	(5.510)	(1.962)	(17.437)	(47)	(812)	(66)	1.929	(23.905)
Serviços de Terceiros	(63.812)	(14.644)	(312.807)	(10.900)	(6.543)	(4.230)	12.153	(400.783)
Depreciação e Amortização	(111.045)	6.952	(243.855)	(16.338)	(26.536)	(7.895)	-	(398.717)
Provisões (Reversões) Operacionais *	(46.339)	(5.301)	(236.124)	354	-	(446.202)	-	(733.612)
Custos de Construção	-	(31.634)	(533.039)	-	(19.060)	-	-	(583.733)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(37.933)	(2.970)	(176.731)	(7.778)	(5.250)	(10.949)	1.519	(240.092)
Total do Custo de Operação	(426.794)	(123.600)	(2.223.295)	(47.831)	(78.472)	(505.143)	15.601	(3.389.534)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.050.966)	(123.761)	(5.155.823)	(47.831)	(505.481)	(505.146)	90.443	(8.298.565)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	619.450	637.368	33.757	1.119	64.406	(443.533)	-	912.567
Resultado de Equivalência Patrimonial	(131.375)	205.066	(42.437)	(15.506)	-	(1.706)	-	14.042
Receitas Financeiras	87.092	2.174	428.796	2.195	7.824	75.854	-	603.935
Despesas Financeiras	(649.533)	(2.478)	(555.716)	(3.419)	(19.462)	(3.239)	-	(1.233.847)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(74.366)	842.130	(135.600)	(15.611)	52.768	(372.624)	-	296.697
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.354)	(197.661)	15.258	66	(14.379)	118.704	-	(89.366)
RESULTADO	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.389	(253.920)	-	207.331
Participação dos acionistas controladores	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.224	(253.920)	-	207.166
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	165	-	-	165
	(85.720)	644.469	(120.342)	(15.545)	38.389	(253.920)	-	207.331

(1) Os saldos referem-se a 31 de dezembro de 2016.

31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 23 de maio de 2017, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D cujo resultado representa um reajuste tarifário médio de 10,66% negativos, que passou a vigorar a partir de 28 de maio de 2017, até 27 de maio de 2018.

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- Encargos Financeiros Capitalizados no montante de R\$40.399 no primeiro semestre de 2017 (R\$82.395 no primeiro semestre de 2016);
- Transfências para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguará e Miranda, e para Ativos Financeiros da Concessão, referente à Usina Volta Grande, no montante de R\$869.369.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Concessão de Direito de Exclusividade

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Companhia aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. (“Renova”), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de due diligence e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade será concedida por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017, renovável por mais 30 dias, a critério exclusivo da Renova.

b) Alienação da totalidade das ações da Light S.A.

Em 14 de julho de 2017, as Assembleias Gerais Extraordinárias das investidas RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“Lepsa”), deliberaram iniciar processo de alienação da totalidade das suas participações no capital social da Light S.A. (“Light”). Esta deliberação formaliza a decisão conjunta da Companhia, RME e Lepsa para alienarem a totalidade do bloco de controle da Light, que detém 52,12% do capital social da investida.

c) Reestruturação societária das Transmineiras

A Cemig GT celebrou, em 13 de julho de 2017, instrumento para reestruturação societária que envolve a transferência para a investida Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) das participações acionárias detidas pela Cemig GT no capital social das seguintes concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica: Companhia Transleste de Transmissão S.A. (“Transleste”), Companhia Transudeste de Transmissão S.A. (“Transudeste”) e Companhia Transirapé de Transmissão S.A. (“Transirapé”) (todas, em conjunto, denominadas “Transmineiras”). O valor inicial da operação é de R\$76.710, que será pago na data de seu fechamento.

Esse valor será corrigido pela: (i) variação acumulada do IPCA a partir de 1º de janeiro de 2017, inclusive, até o dia imediatamente anterior à data de assinatura do instrumento da Reestruturação Societária; e (ii) pela variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir da data de assinatura, inclusive, até o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento, descontados os valores dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) pelas Transmineiras em favor da Cemig GT pagos ou não até a data do fechamento da Operação, devidamente corrigidos pela variação acumulada do IPCA entre a data do respectivo pagamento e o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento.

Poderá ser devido, ainda, pela Taesa à Cemig GT, uma parcela adicional de preço no valor máximo de R\$11.786, caso as Transmineiras obtenham decisão favorável em determinados processos judiciais que se encontram em curso, conforme condições estabelecidas no instrumento da Reestruturação Societária. Este valor será devidamente corrigido pela variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) até o dia útil imediatamente anterior ao pagamento.

Em 02 de agosto de 2017, a Assembleia Geral da Taesa ratificou a celebração dos instrumentos necessários à efetivação da transferência.

A Operação também será submetida à aprovação dos órgãos de defesa da concorrência (CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo e forma assinalados pela respectiva legislação de regência, estando sua conclusão sujeita, ainda, à obtenção das demais aprovações prévias pertinentes, nas quais se incluem a anuência dos credores e bancos financiadores.

d) Usinas hidrelétricas São Simão, Miranda, Jaguará e Volta Grande

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas de São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1,027 bilhão, sendo R\$ 243,59 milhões destinados à indenização da usina de São Simão e R\$ 784,15 milhões

destinados à indenização da usina de Miranda, valores referentes a dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, respectivamente.

Os valores serão atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização.

Adicionalmente, em que pese a existência de discussões judiciais pendentes conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 08 de agosto de 2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou o edital do leilão nº 1/2017 de concessão da usinas de Jaguará, São Simão, Volta Grande e Miranda, previsto para ocorrer em setembro de 2017.

e) Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas pela Renova

A investida Renova está em negociação com a Engie Brasil Energia S.A. para venda do Complexo Eólico Umburanas com capacidade instalada total de 605MW (“Projetos Umburanas”), conforme fato relevante divulgado em 8 de agosto de 2017. Essa negociação não traz nenhum prejuízo às negociações já em curso com a Brookfield Energia Renovável, divulgada pela Renova em Comunicado ao Mercado no dia 4 de julho e Fato Relevante no dia 17 de julho de 2017.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética de Minas Gerais
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Conforme divulgado na nota 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda e administrativamente a da Volta Grande, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015, dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, respectivamente. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.), e na Norte Energia S.A. (“investidas”) avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos das investidas e determinados executivos desses outros acionistas. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras às investidas, além das divulgações efetuadas na nota 14. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 14 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora indireta na Renova Energia S.A. (“Renova”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de abril de 2017, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 27 de abril de 2017, ambos sem modificação e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 11 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

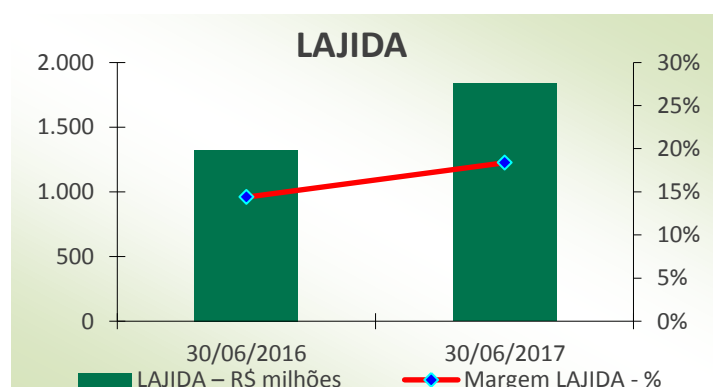
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2017, um lucro líquido de R\$480.848 em comparação ao lucro líquido de R\$207.331 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 38,82% no primeiro semestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2017	30/06/2016	Var %
Resultado do Período	480.848	207.331	131,92
+ Despesa de IR e Contribuição Social	213.929	89.366	139,38
+ Resultado Financeiro	734.300	629.912	16,57
+ Depreciação e Amortização	410.800	398.717	3,03
= LAJIDA	1.839.876	1.325.326	38,82



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Aumento de 38,82% no LAJIDA, no primeiro semestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 14,38% no primeiro semestre de 2016 para 18,37% no mesmo período de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$11.572.133 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$11.528.165 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 0,38%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$10.144.523 no primeiro semestre de 2017 comparada a R\$10.279.289 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 1,31%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Redução da receita com bandeiras tarifárias, sendo R\$156.435 no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$343.219 no mesmo período de 2016, em função de menor cobrança no primeiro semestre de 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras tarifárias;
- Redução de 1,35% no volume de energia vendida;
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (efeito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro semestre de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh		
	30/06/2017	30/06/2016	Var %
Residencial	5.033.072	5.016.742	0,33
Industrial	8.704.150	9.509.867	(8,47)
Comércio, Serviços e Outros	3.804.836	3.384.948	12,40
Rural	1.752.185	1.683.739	4,07
Poder Público	436.654	451.683	(3,33)
Iluminação Pública	675.900	673.420	0,37
Serviço Público	639.342	612.103	4,45
Subtotal	21.046.139	21.332.502	(1,34)
Consumo Próprio	18.050	19.086	(5,43)
	21.064.189	21.351.588	(1,35)
Suprimento a Outras Concessionárias (1)	5.740.378	5.806.389	(1,14)
Total	26.804.567	27.157.977	(1,30)

(1) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 8,47% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da saída de consumidores do ambiente cativo para o ambiente livre de contratação de energia.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2017, essa receita correspondeu ao montante de R\$900.476, comparada a R\$836.580 no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de 7,64%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento do volume de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados ou ressarcidos nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No primeiro semestre de 2017 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos no montante de R\$331.896, em comparação a valores realizados de R\$663.555 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no primeiro semestre de 2017. Em função da fiscalização da Aneel e apuração dos valores efetivos de realização da CVA referente ao período correspondente ao reajuste tarifário em vigor de 28 de maio de 2016 a 27 de maio de 2017, a Companhia efetuou um ajuste devedor complementar de R\$213.918 referente a realização da CVA no período mencionado. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 13 das Informações Contábeis Intermediárias.

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$269.855 no primeiro semestre de 2017 comparado ao valor de R\$592.469 no mesmo período de 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no valor de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$425.177 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$51.672 no mesmo período de 2016, aumento de R\$373.505. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 374,74% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$230,39/MWh em 30 de junho de 2017 e R\$48,53/MWh em 30 de junho de 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$821.145 no primeiro semestre de 2017 comparado a R\$697.492 no mesmo período de 2016, um aumento de 17,73%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 20,43% no volume de gás vendido (606.365m³ no período de janeiro a junho de 2017 comparados a 503.495m³ no mesmo período de 2016).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$434.009 no período de janeiro a junho de 2017 comparadas a R\$552.099 no mesmo período de 2016, apresentando uma redução de 21,39%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia foram de R\$717.590 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$706.852 no mesmo período de 2016, um aumento de 1,52%. A composição das receitas operações está demonstrada na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.126.950 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$5.424.064 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 5,48%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$859.370 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$1.025.429 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve uma redução dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$156.435 no primeiro semestre de 2017, em comparação a R\$343.219 no mesmo período de 2016, em função da melhoria do nível dos reservatórios, o que permitiu a menor cobrança em 2017 de encargos adicionais relacionados às bandeiras.

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$8.648.001 no primeiro semestre de 2017 comparados a R\$8.298.565 no mesmo período de 2016, um aumento de 4,21%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.742.418 primeiro semestre de 2017 comparada a R\$3.956.110 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 19,88%. Este resultado foi decorrente basicamente do aumento de 13,61% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$1.377.210 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$1.212.275 no primeiro semestre de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado realizados no segundo trimestre de 2017.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$404.261 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$525.912 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 23,13%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$369.877 no primeiro semestre de 2017, comparadas a R\$733.612 no mesmo período de 2016, uma redução de 49,58%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Variação do valor justo nas opções de investimento da Parati e SAAG, no montante de R\$7.631 no período de janeiro a junho de 2017 na comparação com a provisão total de R\$434.352 no mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 14 (Opções de Venda);
- Redução das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$140.885 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$174.566 no primeiro semestre de 2016, principalmente em função do aumento das ações da empresa no primeiro semestre de 2017 para recebimento dos créditos em atraso;

- Em relação às provisões para contingências, destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram de R\$177.725 no primeiro semestre de 2017 em comparação a R\$38.797 no primeiro semestre de 2016. Maiores informações na nota explicativa nº 19.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$917.162 no primeiro semestre de 2017, comparados a R\$843.215 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 8,77%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$165.422;
- Redução de 17,54% no número de empregados médios nos períodos comparados (6.286 no primeiro semestre de 2017 em comparação a 7.623 no primeiro semestre de 2016).

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$24.891 primeiro semestre de 2017 comparada a R\$6.200 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre do aumento do resultado da Companhia no primeiro semestre de 2017, base de cálculo para o pagamento da Participação.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$187.466 no período de janeiro a junho de 2017 comparados a R\$240.092 do mesmo período de 2016, uma redução de 21,92%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No primeiro semestre de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$485.163 comparada a uma despesa de R\$427.009 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 13,62%. Esta variação decorre basicamente aumento de 19,56% na quantidade de gás comprado para revenda (601.955 m³ no período de janeiro a junho de 2017 comparados a 503.495 m³ no mesmo período de 2016), parcialmente compensado pela redução dos encargos, proveniente do novo acordo entre a Gasmig e Petrobrás com a redução da obrigação da retirada diária de gás.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou um ganho de R\$60.118 no primeiro semestre de 2017 na comparação ao ganho de R\$14.042 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente da perda de R\$183.287, verificada no primeiro semestre de 2016, na participação na Renova Energia em função, basicamente, de perda em investimento na Terraform e baixa parcial de opção de venda com a SunEdison comparado a um ganho de R\$36.553 no primeiro semestre de 2017. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro semestre de 2017 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$734.301 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$629.912 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de R\$116.434 na despesa financeira referente variação monetária de empréstimos e financiamentos em função da variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,72% no primeiro semestre de 2017 na comparação a variação de 4,42% no primeiro semestre de 2016.
- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$187.564 no primeiro semestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$28.080 no primeiro semestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de junho de 2017. No mesmo período de 2016 a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13.
- Redução de R\$28.315 nos encargos de variação monetária de dívida pactuada com a Forluz também em função da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, conforme mencionado acima.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No primeiro semestre de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$213.986 em relação ao lucro de R\$707.884 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,23%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$89.366 em relação ao Resultado de R\$296.697, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 30,12%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

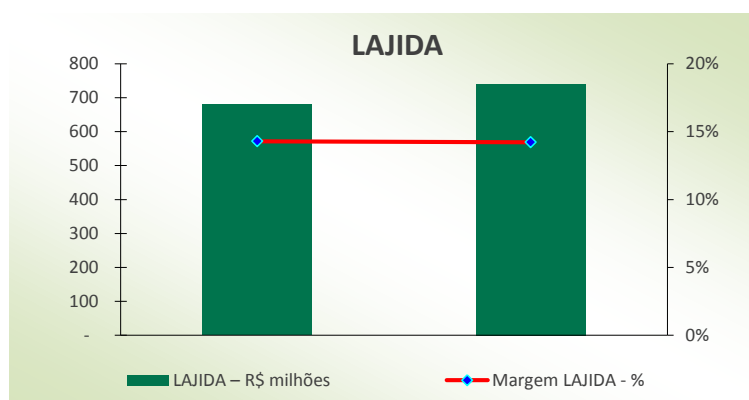
Resultado do Trimestre

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2017, um lucro líquido de R\$138.114 em comparação ao lucro líquido de R\$202.124 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 31,67%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 8,75% no segundo trimestre de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2017	Segundo Trim/2016	Var %
Resultado do Período	138.114	202.124	(31,67)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	50.539	62.833	(19,57)
+ Resultado Financeiro	341.554	215.508	58,49
+ Depreciação e Amortização	209.435	199.684	4,88
= LAJIDA	739.642	680.149	8,75



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento de 8,75% no LAJIDA, no segundo trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016 decorre, principalmente, do aumento da receita que foi de R\$5.205.058 no segundo trimestre de 2017 comparada a uma receita de R\$4.757.626 no mesmo período de 2016. A margem do LAJIDA da Companhia foi de 14,30% no segundo trimestre de 2016 comparado a 14,22% no segundo trimestre de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.800.520 no segundo trimestre de 2017 em comparação a R\$5.613.352 no mesmo período de 2016, representando aumento de 3,33%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.021.891 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$4.972.531 no mesmo período de 2016, representado um aumento de 0,66%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,78%, aplicável a partir de 28 de maio de 2016 (feito integral em 2017);
- Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 10,66% negativos, aplicável a partir de 28 de maio de 2017;
- Aumento de 0,65% no volume de energia vendida aos consumidores finais;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2017, comparativamente às do mesmo período de 2016:

A variação na venda da energia por classe de consumo é apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	Segundo Trim/2017	Segundo Trim/2016	Var %
Residencial	2.496.022	2.526.223	(1,20)
Industrial	4.450.891	4.671.891	(4,73)
Comércio, Serviços e Outros	1.892.746	1.697.134	11,53
Rural	953.709	959.912	(0,65)
Poder Público	226.041	236.278	(4,33)
Iluminação Pública	341.420	344.358	(0,85)
Serviço Público	324.405	319.218	1,62
Subtotal	10.685.234	10.755.014	(0,65)
Consumo Próprio	8.788	9.634	(8,78)
	10.694.022	10.764.648	(0,66)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	2.846.261	3.109.757	(8,47)
Total	13.540.283	13.874.405	(2,41)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se a redução de 4,73% na energia vendida para o segmento industrial em função basicamente da redução dos níveis de atividade econômica em 2016, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2017, a receita foi de R\$437.427 comparada a R\$427.495 do mesmo período de 2016, aumento 2,32%.

No segundo semestre de 2015, a Aneel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da Receita de Uso da Rede da Companhia no segundo trimestre de 2016, em comparação ao segundo trimestre de 2015.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas Informações Contábeis Intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma realização de R\$29.294 no segundo trimestre de 2017, em comparação a uma constituição de R\$531.351 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia no segundo trimestre de 2017. Além disso, em função da fiscalização da Aneel e apuração dos valores efetivos de realização da CVA referente ao período correspondente ao reajuste tarifário em vigor de 28 de maio de 2016 a 27 de

maio de 2017, a Companhia efetuou um ajuste devedor complementar de R\$213.918 referente à realização da CVA no período mencionado. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Informações Contábeis Intermediárias.

Vide maiores informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$198.529 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$49.042 no mesmo período de 2016, um aumento de 304,81%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 387,01% verificado no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$303,75/MWh no segundo trimestre de 2017 e R\$62,37/MWh no mesmo período de 2016);

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$204.025 no segundo trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$561.225 no mesmo período de 2016.

No 2º trimestre do exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado no segundo trimestre de 2017, no montante de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$410.604 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$318.841 no mesmo período de 2016, um aumento 28,78%, decorrente basicamente do aumento de gás vendido (310.240m³ no segundo trimestre de 2017 comparados a 216.135m³ no segundo trimestre de 2016).

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$236.370 no segundo trimestre de 2017 comparadas a R\$323.766 no mesmo período de 2016, apresentando redução de 26,99%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Demais itens de receitas operacionais

As demais receitas da Companhia, em conjunto, apresentaram um aumento de 6,98% nos períodos comparados (R\$369.721 no segundo trimestre de 2017, em comparação a R\$345.608 no mesmo período de 2016).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.583.140 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$2.521.430 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 2,45%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$415.749 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$465.804 no mesmo período de 2016.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Houve um aumento dos Encargos do Consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias, sendo R\$127.177 no segundo trimestre de 2017, em comparação a R\$69.953 no mesmo período de 2016. Essa variação deve-se à alteração na bandeira tarifária, que foi vermelha nos meses de abril e maio de 2017 e verde em junho de 2017, em comparação à bandeira verde no segundo trimestre de 2016, o que implicou no maior recebimento de valores no segundo trimestre de 2017.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais apresentaram um aumento de 8,19% nos trimestres comparados, sendo R\$4.705.270 no segundo trimestre de 2017 e R\$4.349.130 no mesmo período de 2016. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.649.330 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$2.024.749 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 30,85%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Aumento de 14,78% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$634.978 no segundo trimestre semestre de 2017, comparados a R\$553.236 no mesmo período de 2016, em função de novos contratos de Compra de Energia em Ambiente regulado em 2017;
- Aumento de 219,06% na despesa com energia de curto prazo, que foi de R\$614.518 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$192.600 no mesmo período de 2016, em função do maior custo da energia no mercado atacadista em 2017.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$197.764 no segundo trimestre de 2017, comparados a R\$267.206 no mesmo período de 2016, representando uma redução de 25,99%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$161.345 no segundo trimestre de 2017, comparadas a R\$481.842 no mesmo período de 2016, uma redução de 66,51%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Reversão de provisão nas opções de investimento da RME e LEPSA e SAAG, nos montantes de R\$8.021 e R\$5.334, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 13 (Opções de Venda);

- Redução das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que foram de R\$74.690 no segundo trimestre de 2017 em comparação a R\$98.303 no segundo trimestre de 2016, principalmente em função da redução da inadimplênciano período.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$535.954 no segundo trimestre de 2017 comparada a R\$429.808 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 24,70%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo.
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$165.422.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$6.007 no primeiro semestre de 2017 comparada a R\$6.200 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre da redução do resultado da Companhia, uma vez que trata-se de despesa calculada sobre o resultado apurado.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$240.475 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$348.712 do mesmo período de 2016, uma redução de 31,04%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No segundo trimestre de 2017 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$262.651 comparada a uma despesa de R\$189.146 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 38,86%. Esta variação decorre, basicamente, do aumento da quantidade de gás comprado (308.850m³ no segundo trimestre de 2017 comparados a 215.901m³ no segundo trimestre de 2016).

Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2017 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$30.477 comparado a um ganho líquido de R\$71.969 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre principalmente, do efeito da participação na Taesa cujo resultado de equivalência patrimonial, no segundo trimestre de 2016, foi um ganho de R\$86.387 comparado a um ganho de R\$20.530 no mesmo período de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2017 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$341.555 comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$215.508 no mesmo período de 2016. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Receita de variação monetária de atualização dos saldos da CVA de R\$167.832 no segundo trimestre de 2016 em comparação a uma despesa financeira de R\$21.911 no segundo trimestre de 2017. Os saldos ativos e passivos de CVA são atualizados pela Selic. Essa variação decorre da apresentação de saldo líquido passivo de CVA em 30 de junho de 2017. No mesmo período de 2016, a Companhia apresentou saldo líquido ativo de CVA. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13;
- Variações Monetárias de Venda Antecipada de Energia – no segundo trimestre de 2017 a Companhia registrou despesa no valor de R\$12.119 referente à atualização dos valores dos contratos de antecipação de venda de energia, firmados a partir de dezembro de 2016;
- Redução de R\$43.606 na despesa financeira referente à variação monetária de empréstimos e financiamentos em função da variação do IPCA, indexador da dívida, no período (0,22% no segundo trimestre de 2017 em comparação a 1,75% no segundo trimestre de 2016);
- redução de 17,33% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$396.256 no segundo trimestre de 2017 comparados a R\$479.323 no mesmo período de 2016. Este resultado decorre, substancialmente, da redução da dívida indexada ao CDI, e da menor variação deste indexador, que foi de 2,55% no segundo trimestre de 2017, em comparação a 3,31% no segundo trimestre de 2016.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No segundo trimestre de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$50.539 em relação ao lucro de R\$201.703 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,06%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$62.833 em relação ao lucro de R\$264.957, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,71%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2017, reuniu-se 15 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 29 de abril de 2016, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2018.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a R\$17.355 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$17.355 mil;
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 30 de junho de 2017 foram realizadas 37 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2017, até o mês de junho, foram realizadas 7 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC*, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco otimizam os investimentos no controle da atividade, reduzem os custos, melhoram a performance e consequentemente favorecem o alcance das metas traçadas pela Companhia.

Além disso, entre os requisitos avaliados para a permanência da Companhia na composição de índices como o Dow Jones de Sustentabilidade e o de Sustentabilidade Empresarial – ISE destaca-se a necessidade de implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos.

O processo de gestão de riscos na Cemig foi iniciado em 2003 e vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se a criação, em 2012, do Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC responsável pelo monitoramento do processo tendo ainda como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (ii) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (iii) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa. O CMRC se reúne bimestralmente.

Em 2013, foi implantada uma nova plataforma tecnológica, exclusiva para gerenciamento de riscos, módulo SAP RM (Risk Management) que viabilizou, entre outros, que o processo de mapeamento de riscos seja feito continuamente à medida que a atualização das informações, verificações e avaliações dos controles e planos de ação se tornem tarefas agendadas a serem executadas pelos responsáveis dentro do próprio sistema, fazendo com que todos os agentes envolvidos na gestão de riscos tenham papéis e responsabilidades determinadas e acompanhadas, com minimização de custos e de recursos humanos para a sua realização e controle. Além disso, existe um fluxo realizado por uma área independente para avaliação periódica dos controles no intuito de auditar a efetividade do processo.

Em 2015, ocorreu a efetivação plena da plataforma, gerando relatórios confiáveis e obtendo percepções de relações entre os riscos mapeados.

Em 2015, novas iniciativas foram implementadas. Destaque para:

- Ajustes na metodologia-padrão de gerenciamento de riscos (novo modelo de segmentação dos riscos, forma de quantificação dos impactos e abordagem no levantamento das informações incorporando também a visão “Top Down”);
- Revisão/atualização da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Mapeamento dos principais riscos corporativos (“Top Risks”) e alguns relacionados ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig;
- Aprovação da matriz de riscos corporativos e das premissas de apetite a riscos pelo Conselho de Administração.

No processo de levantamento dos “Top Risks” foi feita uma pesquisa com os Superintendentes da Companhia com o propósito de levantar os principais temas corporativos a serem monitorados, tais como: perda de concessão, grau de endividamento, liquidez, indicadores de disponibilidade e confiabilidade e glosa. O produto deste trabalho gerou uma matriz que expressa a avaliação conjunta do impacto e probabilidade de ocorrência do risco.

Especialmente quanto ao Programa de Adequação Socioambiental da Cemig foram identificados os riscos relacionados ao uso da água, manejo de vegetação, mortalidade de peixes, acidentes ambientais com óleo/logística de material, cumprimento de condicionantes ambientais, entre outros. A Cemig adota medidas de mitigação e gerenciamento de exposição alinhadas com as premissas de apetite a risco.

Em 2016 foi criada a Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos (GC), subordinada à Presidência, permitindo assim maior independência nos trabalhos.

Além disso, a Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. A atualização do documento ocorreu em 2016.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE JUNHO DE 2017

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	4.860.228	0,58	8.649.862	0,39
Total Controlador	214.471.442	50,97	4.860.228	0,58	223.064.601	17,42
AGC Energia S/A (1)	84.357.856	20,05	-	-	84.357.856	6,70
FIA Dinâmica Energia S/A	41.635.754	9,90	62.469.590	7,45	104.105.344	8,27
BNDESPAR	54.342.992	12,92	26.220.938	3,13	80.563.930	6,40

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2017

	30/06/2017	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	4.860.228
Conselho de Administração	103.606	181.473
Diretoria Executiva	3	83
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.189.588	832.474.513
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2016, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no começo de junho de 2017, pelo 22º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Diretor Vice-Presidente, interina e cumulativamente

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu

Diretor de Distribuição e Comercialização, interinamente

Franklin Moreira Gonçalves

Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins

Diretor de Relações e Recursos Humanos

José de Araújo Lins Neto

Diretor de Gestão Empresarial

Adézio de Almeida Lima

Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, interina e cumulativamente

Dimas Costa

Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luciano de Araújo Ferraz

Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães

Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita

Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260